

Especial: Vem aí o 3.º Concut

O teste da unidade

págs. 12, 13 e 14

AGOSTO/SETEMBRO N.º 38 Cz\$ 100,00



ÓRGÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT

Os órfãos da “Nova República”

pág. 10

Chile, 15 anos depois

pág. 16



Voto será plebiscitário

Ato dá a largada nacional da campanha petista nos municípios
pág. 4

Os avanços em Vila Velha

Última pág.



Seminário debate
a estratégia de
propaganda eleitoral
págs. 7 e 8

O círculo vicioso da crise

pág. 9



Contribua com a vitória

A questão política das finanças

pág. 18

Economia

Quem ganha e quem perde

*Veja a quem não interessa
o congelamento e a rápida
recuperação dos salários*

Sérgio Sister*

Por mais que seja um artifício eleitoral de Sarney e Cia., os trabalhadores não devem necessariamente hostilizar um choque econômico com congelamento. Só não devem aceitar o fim da URP, como já vem tramando governo e empresários. O importante é exigir a imediata recuperação dos salários nas bases da inflação registrada no mês anterior, mantendo-se os preços estáveis - pois estes já foram reajustados com folga nos últimos meses.

O congelamento dos preços com redução do patamar de inflação interessa aos trabalhadores assalariados mais que a ninguém. Com inflação alta, a perda de poder aquisitivo é mais alta e devastadora. Os preços das mercadorias aumentam todo dia, enquanto que os salários são reajustados (e abaixo da inflação) somente a cada 30 dias. Só não interessa aquele congelamento do Plano Bresser, que na verdade foi feito para acabar com o gatilho salarial, impondo um prejuízo médio para os assalariados da ordem de 26%.

Neste momento, os assalariados têm outros "aliados" em favor do congelamento. Um deles é o comércio varejista, que está amargando a perda da freguesia empobrecida. Ainda que os comerciantes não sejam tão generosos com seus próprios empregados, eles querem os empregados dos outros consumindo para girar mais rápido seus estoques e recolher suas margens de lucro.

Também os industriais que fabricam para o mercado interno têm interesse no congelamento pelos mesmos motivos dos comerciantes. E é particularmente grande as expectativas nesse sentido dos rentistas de imóveis e do setor de construção. Eles, ou estão com estoques de imóveis sem clientes, vendo a contínua desvalorização de suas propriedades, ou não conseguem lançar novos empreendimentos. O interesse deles no congelamento, porém, é muito passageiro. Querem recuperar o valor dos aluguéis e da casa própria contra os inquilinos.

Não querem

Veja agora a quem não interessa o

congelamento e a rápida recuperação dos salários:

1) Os banqueiros são os primeiros a dizer não ao congelamento. Eles ganham muito dinheiro com a inflação alta. Ganham com os depósitos à vista e com o dinheiro do recolhimento de impostos e taxas, que fica com eles de graça durante alguns dias antes de ser entregue às fontes arrecadoras. Os bancos ainda obtêm pesados lucros na implantação de políticas monetárias mais duras de combate à inflação: nessas circunstâncias, o governo tem que recolher dinheiro através de títulos públicos, elevando as taxas de juros pagas aos compradores de LBC e OTN.

2) Os empresários industriais e exportadores em geral também não querem o congelamento. Primeiro, porque eles querem a "liberdade" de dispor do direito de colocar os preços que entenderem. Depois, porque a inflação come mais rápido a renda dos seus empregados: enquanto o industrial pode aumentar os preços todos os dias, cobrindo o mais rapidamente possível a alta de seus custos com produtos de outros industriais, os trabalhadores não podem. As empresas exportadoras, especialmente, querem engolir logo os aumentos reais que tiveram que dar aos seus funcionários.

Tudo indica que o governo fará "alguma coisa" antes das eleições. Até porque essa é uma exigência dos governadores do PMDB, para aprovarem parte dos cortes orçamentários imaginados pela dupla feijão com arroz (Mailson e Abreu).

Mas não se entusiasme. Nada será feito de substancial. Um congelamento superficial e por pouco tempo, como defendem alguns setores do governo, só dá em desabastecimento e nova alta de preços. Um combate mais profundo à inflação requer mais investimento e uma política de exportações menos agressiva. E, para tanto, a negociação da dívida externa tem que tomar outros rumos: em vez de simplesmente pagar juros, seria necessário incrementar e renovar o parque produtivo do País (ver mais Economia nas págs. 9 e 10).

*Jornalista de Economia

Notas

Roberto Parizotti



Constituintes Estaduais

O PT pretende ampliar, nas Constituintes Estaduais, os direitos sociais conquistados na Constituinte Federal e garantir, ainda, a participação popular e a divulgação dos trabalhos. Para isso realizou, de 3 a 5 de agosto, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o 2.º Seminário Nacional da Constituinte Estadual, que contou com a participação de 13 bancadas petistas.

Durante o Encontro foi aprovada uma proposta de regimento interno específico para as Constituintes Estaduais,

que assegura a autonomia dos Estados e a participação popular no processo de elaboração das novas Cartas Estaduais.

Assim como no Congresso Nacional, o PT vai apresentar nos Estados seu projeto de Constituição. Para tanto o Encontro atribuiu às bancadas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro a sistematização das propostas elaboradas pela Comissão de Assuntos Constituintes, que integra membros do DN, das bancadas federal e estaduais e colaboradores.

Saiu o Nossa Voz nº 2

Saiu o número 2 do jornal da União Nacional dos Estudantes (UNE), o *Nossa Voz*, cuja manchete é uma convocação à mobilização para dois grandes eventos do movimento estudantil. O primeiro, previsto para o último final de semana de agosto, em Vitória, no Espírito Santo; o segundo, o Dia Nacional de Luta, a 14 de setembro, em defesa do ensino público e das reivindicações dos estudantes em geral. O calendário do movimento estudantil culmina com o Congresso da UNE, que estará reunido em São José dos Campos (SP), de 7 a 11 de outubro.

Em suas oito páginas, o jornal da UNE aborda vários temas de interesse dos estudantes e da juventude e, no editorial, analisa o governo Sarney e o processo constituinte em

curso. Curiosamente, o *Nossa Voz*, ao contrário de ser veículo para um processo de mobilização como o que a UNE desencadeou no primeiro semestre, não conchama os estudantes a se mobilizarem para defender conquistas inscritas no novo texto constitucional. Ao mesmo tempo em que convoca "a população e os trabalhadores organizados a sustentarem na rua a não assinatura da Constituinte", o jornal da UNE, equivocadamente, afirma que o direito de greve foi negado na nova Carta. Inscrito na Constituição graças à pressão dos trabalhadores, dos constituintes progressistas e da Bancada do PT, o direito de greve está na Constituição. Trata-se, agora, de impedir que ele se torne letra morta.

Lançamento de livro

O livro "*Política das Minorias - O Caso dos Judeus*", que está sendo lançado com o apoio da Fundação Wilson Piniheiro, é uma realização da Comissão de Assuntos Judaicos do PT (ligada ao Diretório Regional de São Paulo), a partir do ciclo de debates "*O Judeu, a Esquerda e a Realidade Brasileira Hoje*", que aconteceu no mês de agosto.

A obra reúne depoimentos de diversos companheiros do

PT, intelectuais progressistas, judeus e não-judeus, sobre a problemática judaica na perspectiva da luta de classes.

Participam do livro: José Dirceu, Clara Charf, Florestan Fernandes, Maurício Trautenberg, Antonio Hohlfeldt, Dulce Pereira, Maurício Waldman, Paul Singer e Lula. *Política das Minorias - O Caso dos Judeus* será lançado dia 28 de setembro às 19 horas na Editora Brasiliense.

Sociedade

Agora é pressionar pra valer

Luta popular contra a inflação e a Constituinte conservadora está no centro das orientações do DN, que também manda um recado aos petistas da CUT e aprova a nova agenda do Lula

Combate cerrado à política econômica do governo e pressão popular ainda mais intensa sobre a Constituinte foram duas orientações centrais aprovadas na última reunião do Diretório Nacional (DN), que também traçou diretrizes para a campanha eleitoral (ver reportagem na página 4), resolveu interferir no embate político entre os petistas da CUT (como se vê no especial das páginas 12 a 14) e referendou a posição dos nossos deputados na Constituinte (ver abaixo a declaração de voto da Bancada).

O debate que tomou mais tempo, e aprofundou as várias posições presentes no DN, foi o da Constituinte. Ao final, tendo sido confirmado como centro da tática na Constituinte a mobilização para defender os direitos dos trabalhadores e outras conquistas democráticas; para derrubar itens do texto constitucional que limitam estes direitos e estas

conquistas; e para denunciar o caráter conservador e antipopular da Constituinte e da Constituição, o DN adotou as seguintes resoluções:

1. Foi correta a posição da Bancada de votar *sim*, com declaração de voto, no projeto de 1.º turno da Constituição;

2. Orientar a Bancada, como indicação, a votar *não* no final do segundo turno;

3. Aprovar o documento da CEN, "A Posição do PT sobre a Nova Constituição", que deverá ser reproduzido pelos Diretórios Regionais nos Estados;

4. Manter o Diretório Nacional como fórum para decidir, em reunião extraordinária no encerramento do segundo turno, a posição final do PT sobre a Constituição. Para esta reunião, está convidado um representante de cada Diretório Regional, *com direito a voz*.



Richard Paricotti

Membros do DN votam durante a reunião

O DN aprovou, com emendas de atualização, o documento de mesmo nome apresentado pela CEN, e que também já está circulando. Além disso, delegou à CEN a tarefa de apresentar, à próxima reunião do DN, um documento específico sobre a atuação das tendências internas no processo de debate político a

respeito da Constituinte, com indicação precisa de casos de infração à disciplina partidária, quando houver.

Momento político

Finalmente, estabeleceram-se prioridades para as viagens de Lula (ver o novo roteiro na página 6), dos outros deputados federais e de lideranças par-

tidárias. Quanto aos três deputados constituintes que são candidato a prefeitos de capitais (Olívio Dutra, Virgílio Guimarães e Vitor Buaiz), deverão aguardar até o final da Constituinte para se licenciarem. Mas na próxima reunião da CEN, marcada para 27 e 28 de agosto, esta decisão poderá ser revista.

O PT na Constituinte

Bancada explica seu voto

Com uma série de críticas ao projeto de Constituição apresentado no primeiro turno da Constituinte, a Bancada do PT resolveu, na sessão do dia 27 de julho, votar *sim*, justificando sua posição com uma declaração da liderança na qual os deputados petistas denunciavam o caráter globalmente conservador do texto e reiteraram a disposição de continuar lutando pela afirmação dos direitos e conquistas dos trabalhadores. A seguir, a íntegra da nota da Bancada:

"Embora discorde profundamente do projeto de Constituição aprovado no primeiro turno - por ser na sua globalidade um projeto conservador, que não atende a contento reivindicações e anseios populares -, a

Bancada do Partido dos Trabalhadores decidiu votar *sim* ao projeto, após cuidadosa análise da conjuntura política, feita com a Comissão Executiva Nacional do Partido. Nosso voto é nossa resposta às tentativas das forças reacionárias de tumultuar os trabalhos da Constituinte e, assim, inviabilizar aprovação dos modestos avanços contidos no projeto. Essas forças adotaram o voto não com o objetivo de paralisar os trabalhos da Constituinte, o que é reconhecidamente danoso para o país.

A Bancada mantém, entretanto, nossa avaliação crítica ao projeto em pauta. Constatamos que, no seu conjunto geral, é extremamente conservador e em grande parte neutraliza os

avanços conquistados. Se aprovado no segundo turno, a nova Carta manterá em vigor quase todas as principais injustiças, desigualdades e misérias sofridas pelo povo brasileiro.

Não resolve

O projeto não resolve a desapropriação dos latifúndios e, na prática, continua não permitindo que milhões de brasileiros possam ter terra para trabalhar, comer e viver. O projeto não mexe na estrutura de propriedade. Com isso, o Brasil vai continuar dividido entre uma minúscula minoria altamente privilegiada e uma imensa maioria de despossuídos, de trabalhadores mal-remunerados, de desempregados e de marginais.

O projeto não altera

substancialmente o papel das Forças Armadas, que ainda conservam insustentáveis privilégios, mantêm seu poder real de se sobrepor ao poder civil e de intervir, quando e como quiserem, nas instituições, e continua submetendo o Brasil a uma tutela militar indesejável e mal-disfarçada.

O projeto não modifica, em sua essência, a estrutura do poder, não ampliando, como deveria, os canais de participação democrática da sociedade civil no Estado. O projeto, embora tenha aliviado a vinculação dos sindicatos ao Estado e dado certa liberdade de organização sindical, mantém a unicidade definida e imposta de cima e a contribuição obrigatória, fonte de atrelamento e corrupção,

com o que o governo e o patronato tentam controlar a classe trabalhadora.

Avanços

Ao iniciarmos a votação em segundo e definitivo turno, reafirmamos a disposição de lutar para que a classe trabalhadora e o povo possam ver aprovados os poucos avanços conquistados no primeiro turno, e para suprimirmos dispositivos conservadores do texto em votação. Se há no projeto alguns progressos que agora o poder econômico, o governo e o Centrão desejam suprimir, eles são fruto da luta do movimento popular e sindical que, através da pressão organizada, respaldou a ação coordenada do Partido dos Trabalhadores e de outras forças progressistas representadas".

Eleições

“Voto será plebiscitário”

PT faz em São Paulo lançamento nacional da campanha

Com muita animação, discursos e presença da imprensa, o PT promoveu em São Paulo, dia 5 de agosto, no Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), um ato nacional de lançamento das campanhas municipais do partido.

Compareceram a maioria dos candidatos a prefeito das capitais e de diversas outras cidades consideradas “estratégicas” pelos respectivos Diretórios Regionais. O ato também contou com a participação dos companheiros Olívio Dutra, presidente nacional do PT; José Dirceu, secretário-geral; Paulo Delgado, deputado federal e coordenador da Comissão Nacional de Eleições Municipais e Lula, nosso candidato à Presidência da República.

Ao apresentar um relato das campanhas petistas, Paulo Delgado disse que o PT lançou candidatos a prefeito em cerca de 2 mil municípios e 30 mil candidatos a vereador. Delgado também informou que o partido formalizou coligações em 8 das 25 capitais de Estados e territórios em que concorrerá nas eleições. Em duas delas —



Paulo Delgado (primeiro à esq.) ouve Lula no ato

Cuiabá e Natal — o PT não tem candidatura própria a prefeito, indicando o candidato a vice (ver o quadro). Foram lançados 905 candidatos a vereador nas capitais.

Quanto à linha da campanha, Delgado ressaltou a necessidade de os candidatos terem propostas políticas adequadas à atual conjuntura: “isto significa ter programas administrativos, capazes de corres-

ponder às necessidades específicas de cada município; mas significa especialmente nacionalizar a campanha.” O voto tende a ser plebiscitário, diz ele, “e nós devemos estimular o eleitor a fazer exatamente isso: votar em nossos candidatos representando dizer não à ‘Nova República’”.

O deputado advertiu os candidatos para duas questões particu-

larmente delicadas que o PT deverá enfrentar nas eleições: a desmoralização por que passa hoje a atividade política em geral e o abandono dos prefeitos de Fortaleza e Diadema das fileiras petistas. Em relação à primeira, “o PT deve resgatar o sentido saudável da ação política, aquela da participação direta das massas na solução de seus problemas, diferenciando-a da imagem corrupta e conchavista criada pelos partidos burgueses”, recomendou Delgado.

Em relação à segunda, sugeriu que sejamos os maiores defensores daquelas administrações, “porque fomos seus protagonistas”, explicando a saída de Maria Luiza Fontenelle e de Gilson Menezes pela recusa destes em acatar as decisões da maioria do partido.

Quanto à organização da campanha, Paulo Delgado conclamou os militantes a lutarem contra a tendência de dissolução das estruturas partidárias durante a corrida eleitoral. “As instâncias do partido devem ser o maior ponto de unidade de ação dos comitês dos candidatos”, concluiu.

Os aliados do PT

Nosso partido faz coligação em dez capitais

Estado	Cidade	Coligação	Candidato a Prefeito	Candidato a Vice
AC	Rio Branco	PT, PV e PCB	Nilson Mourão	Francisco Raulino Farias
AL	Maceió	não há	Pedro Verdino	Benedito Roque da Costa
AP	Macapá	não há	Antonio Correia Neto	Manoel das Graças
AM	Manaus	não há	José O. Barroncas	Fátima Monteiro
BA	Salvador	não há	José E. Ribeiro (Zezéu)	
CE	Fortaleza	PT, PSB, PCB e PV	Mario Mamede	José Maria Pontes (PSB)
ES	Vitória	PSDB, PSB, PT, PV, PCdoB, PCB e PH	Vitor Buaiz	Rogério Medeiros
GO	Goiânia	PDT, PT e PV	Pedro Wilson	Pinheiro Sales
MA	São Luis	PT e PS	Ribamar Helly	José Maria Medeiros (PS)
MT	Cuiabá	PT, PV, PSB e PCdoB	Serys Shessarenko	Odemar Leotti
MS	Campo Grande	não há	Alcides Modesto	Ricardo Brandão
MG	Belo Horizonte	não há	Virgílio Guimarães	Antonio Carlos Pereira
PA	Belém	não há	Humberto Cunha	Bernadete Menezes
PB	João Pessoa	PT, PSB e PV	Carlos Alberto D. Bezerra	
PR	Curitiba	não há	Claus Germer	Gilberto Carvalho
PE	Recife	não há	Humberto Costa	Dilson Peixoto
PI	Terezina	não há	Antonio Rodrigues S. Neto	
SE	Aracaju	não há	Marcelo Deda	Edmilson Araújo
RJ	Rio de Janeiro	não há	Jorge Bittar	
RN	Natal	PT, PSB, PH e PCdoB	Waldson Pinheiro (PSB)	Hugo Manso Junior
RS	Porto Alegre	PT e PCB	Olívio Dutra	Tarso Genro
RO	Porto Velho	não há	Odair Cordeiro	Iolanda Carvalho
RR	Boa Vista	não há	Evandro Gonçalves Chaves	
SC	Florianópolis	não há	Flavio Valente	Odilon Silva
SP	São Paulo	PT, PCB, PCdoB	Luiza Erundina	Luiz Eduardo Greenhalgh

Eleições

A batalha das urnas

A campanha petista, em mais dez estados

Lançado em 40 cidades

Já foi aprovada na Constituinte, com o voto favorável do PT, a criação do Estado de Tocantins, que abrange a região norte de Goiás. O novo Estado terá cerca de 300 mil quilômetros quadrados e 1,5 milhão de habitantes.

Segundo o texto da nova Constituição (que dificilmente será modificado no segundo turno), deverá haver eleição direta para governador, senadores, deputados estaduais e federais até 75 dias após a promulgação da Carta, mas não depois de 1.º de janeiro. As eleições municipais acontecerão normalmente, em 15 de novembro. Ainda não se

sabe qual será a capital do Estado.

Tocantins terá cerca de 80 municípios e o PT vai lançar candidatos a prefeito em 40 deles, informa Athos Pereira, presidente do Diretório Regional de Goiás. O partido terá na campanha 400 candidatos a vereador.

Há pelo menos cinco cidades onde o PT tem chances de vencer ou de obter uma expressiva votação: Buriti do Norte, Praia Norte e Sampaio, todas na região do Bico do Papagaio (extremo norte); Colméia e Tocantins, na região central do futuro Estado.

Nos próximos dias 2 e 3 de setembro, informa

TOCANTINS



Athos Pereira, o PT vai realizar sua primeira pré-convenção regional, quando serão lançados os candidatos a governador, ao Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

Melhor desempenho na região oeste

O professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Flávio Valente, é o nosso candidato a prefeito em Florianópolis. Seu vice é Odilon Silva, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Ministério do Trabalho. O PT lançou 25 candidatos a vereador na cidade e espera eleger pelo menos 3 companheiros, informa Rosa Cristina Mendes, do Comitê Eleitoral Estadual. O partido não fará coligação em Florianópolis.

As cidades com maiores possibilidades de vitória, segundo Rosa, são as da região oeste do Estado.

Pode surpreender, ainda, a votação em Papanduva, interior do Estado, onde

SANTA CATARINA



nosso candidato, Alcides Malikoski, saiu fortalecido da disputa com PMDB e PDS pela presidência da Câmara Municipal. Ao evitar as provocações dos parlamentares desses partidos, ele recebeu o apoio popular e foi reintegrado pelo juiz da Comarca de Itaipópolis.

Sem coligação

Em Recife a convenção realizada no dia 6 de agosto homologou os nomes de Humberto Costa e Dilson Peixoto como candidatos a prefeito e vice na capital. Nela também se deliberou não fazer coligações no Estado.

Francisco Rocha, do Diretório Regional de Pernambuco, acredita que 10% dos 340 candidatos a vereador em todo o Estado poderão se eleger.

Petrolândia, situada no médio São Francisco, e Tabira, que fica no Vale do Pajeú, são os municípios com maiores probabilidades de ganharmos a Prefeitura. Algumas pesquisas também têm apontado o PT como o partido da preferência dos eleitores em Ouricuri (34%). Entretanto, afirma Rocha, uma vitória nessa região seria muito difícil uma vez que é reducto dos "coronéis".

PERNAMBUCO



Coligação com PV e PCB

O presidente do Diretório Municipal de Rio Branco (capital do estado), Nilson Mourão, é o candidato a prefeito do PT naquela cidade, tendo como vice Raulino Saraiva, secretário do Diretório Regional do Acre.

O partido terá 23 candidatos a vereador na capital, informa Selma Neves, secretária do Diretório Municipal, e fará coligação com o PV e o PCB. Espera-se eleger dois vereadores.

Selma não soube informar em quantas cidades o partido lançou candidatos a prefeito. Mas adiantou algumas cidades em que poderemos ter uma boa votação: Xapuri, Cruzeiro do

ACRE



Sul, Tarauacá e Basiléia.

Em Xapuri - local onde o movimento dos seringueiros é bem organizado através do sindicato rural, e palco de frequentes conflitos com os grandes proprietários de terra - o candidato do PT é o ex-padre Gilson Pescador.

Acumulando forças

O jornalista e advogado José de Oliveira Barroncas é o candidato a prefeito em Manaus, tendo como vice Fátima Monteiro, que é diretora da Federação dos Trabalhadores Industriais do Amazonas.

O PT tem 27 candidatos a vereador na capital, informa Adonay Sabá, presidente do Diretório Municipal, e não vai fazer coligação. Sabá estima que o partido

elegerá 2 vereadores.

No interior, foram lançados candidatos a prefeito em 15 municípios e um total de 150 candidatos a vereador. Em dois deles temos condições de fazer a prefeitura: Urucurituba, no Baixo Amazonas (norte do estado), onde o PT elegeu seu primeiro vereador no estado, em 1982; e Boca do Acre, no oeste do estado. Espera-se eleger entre 20 e 30 vereadores no interior.

AMAZONAS



Eleições

Chances em Caracai

O Partido vai lançar candidatos a prefeito em 4 das 8 cidades de Roraima. Evandro Gonçalves Chaves, tesoureiro da Comissão Regional Provisória, é o candidato a prefeito em Boa Vista, onde o PT não fez coligações.

No interior, o partido tem grande possibilidade de eleger o prefeito em Caracai, no centro-sul do território, e pode ter boa votação em São João do Baliza

RORAIMA



e São Luis do Anauá, ambos no sul.

Por uma frente popular

Waldson Pinheiro, professor da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, é o candidato da Frente Popular de Natal, formada pela coligação do PT, PSB, PH e PC do B. Waldson, que foi da ala esquerda do PDT, agora está no PSB. O candidato a vice-prefeito em Natal, Hugo Manso Junior, é do PT.

Segundo Arnaldo Lopes, da comissão de imprensa do Diretório Regional do Rio Grande do Norte, há boas perspectivas eleitorais para os municípios de Montanhas, ao sul, e Janduis,

RIO GRANDE DO NORTE



região semi-árida do oeste do estado. Neste último, o PT recebe até o discreto apoio do atual prefeito peemedebista.

Presença em 26 locais

O PT piauiense está lançando candidatos em 36 dos 40 municípios onde está organizado (dentre os 117 existentes no Estado). Dez destes municípios terão candidatos petistas apenas para as Câmaras Municipais.

Nos 26 restantes teremos candidatos a vereador e prefeito.

Para Domingos Leite da Secretaria de Imprensa do Diretório Regional do

Piauí, a prática e a composição dos outros partidos foram os principais fatores que impediram o PT de fazer alianças no Estado.

Antonio Rodrigues de Souza Neto, professor, e Roberto John Gonçalves da Silva, jornalista, são os candidatos a prefeito e a vice da capital, Teresina.

No interior, a perspectiva de eleger prefeito concentra-se nas cidades de Esperantina, no norte do Estado, e Floriano, região

PIAUI



central, a pouco mais de 200 quilômetros de Teresina.

Freira é candidata

O partido lançou neste Estado 29 candidatos a prefeito. Na capital, Campo Grande, o candidato é Alcides Faria e o vice, Ricardo Brandão.

Foram lançados 20 candidatos a vereador em Campo Grande e espera-se eleger pelo menos um. A convenção municipal decidiu não fazer coligação. Segundo a última pesquisa realizada na capital, o PT

tem 11% das intenções de voto.

No interior, o Diretório Regional calcula que o PT poderá ter uma boa votação nas seguintes cidades: Camapuã, onde pode eleger prefeita a irmã Cleofa, da Comissão Pastoral da Terra; Aquidauna, onde pode coligar com o PDT; e Miranda, que tem um representante da comunidade indígena local como candidato a vice-prefeito.

MATO GROSSO DO SUL



Frente em 2 municípios

O juiz José Ribamar Helly (do PT) é o candidato a prefeito da coligação PT/PS, em São Luís. O candidato a vice, José Maria Medeiros, é do PS.

Concorrendo com 400 candidatos a vereador em 38 dos 136 municípios do Maranhão, o PT tem chances de eleger 5% destes candidatos, segundo estimativa de membros do Diretório Regional do Maranhão.

O PT maranhense também realizou coligações em outros dois municípios: Timom e Turiaçu. Nas duas cidades a coligação é com o PDT. Em Timom o candidato a prefeito é do PDT e em Turiaçu, onde há grandes chances de o candidato petista se eleger, o PDT ficou com o vice.

Sambaíba, no sul do Estado, e Loreto, no Alto Sertão, são outras duas cida-

MARANHÃO



des onde o PT poderá ter uma boa votação.

Diretas

A agenda do Lula no 2º semestre

Sob a responsabilidade conjunta da Secretaria de Organização, da Comissão Nacional de Eleições Municipais e do Comitê Eleitoral da Campanha Presidencial, ficou pronto o novo roteiro de viagens que o companheiro Lula deverá cumprir pelo país até o dia das eleições municipais. Além de manter as sete prioridades já definidas pela Comissão Executiva Nacional em

sua reunião de 20 de julho, a agenda incluiu mais duas capitais (Belém e Fortaleza) e uma área do Nordeste. Finalmente, para dar conta de todos os compromissos previstos nos Estados, o companheiro Lula foi liberado de participar das reuniões da CEN e do diretório previstas para outubro.

É este o novo calendário de viagens aprovado:

Agosto		Setembro		Outubro	
Estado	Dias	Estado	Dias	Estado	Dias
• Goiás	26	• Rio Grande do Sul	2, 3 e 4	• Ceará	1.º
• São Paulo	27 e 28	• Minas Gerais	7, 16, 17 e 18	• Pernambuco	2
		• São Paulo	9, 10 e 11	• Espírito Santo	7, 8 e 9
		• Rio de Janeiro	23, 24 e 25	• Rio Grande do Sul	14, 15 e 16
		• Pará	30	• Sergipe	21 e 22
				• São Paulo	28, 29 e 30

Propaganda eleitoral

Estou PT da vida

Os comunicadores do PT passaram em revista suas últimas criações, trocaram experiências e planejaram campanhas no Seminário Nacional de Propaganda Eleitoral.



Na capela do Inca, um dos debates do seminário

Roberto Parizotti

Iniciativa e criatividade foi a tônica das intervenções dos participantes do 1.º Seminário Nacional de Propaganda Eleitoral, realizado nos dias 29, 30 e 31 de julho passados, no Instituto Cajamar. O Seminário reuniu 36 comunicadores do partido, vindos de 14 estados.

Promoção conjunta da Comissão Nacional de Eleições Municipais (CNEM), da Secretaria de Organização e da Secretaria de Comunicação, o Seminário debateu a estratégia de *marketing* e a utilização dos meios de comunicação de massa (imprensa, rádio e TV) pelo PT nas próximas eleições. A abertura do Encontro foi feita pelo deputado federal Paulo Delgado, coordenador da CNEM, que fez uma análise da conjuntura nacional. Em seguida, o secretário de Organização da Executiva Nacional, Cezar Alvarez, fez uma exposição sobre a atual legislação de propaganda eleitoral. Nos dois dias seguintes, os participantes discutiram a relação dos candidatos com a grande imprensa (palestra do jornalista Perseu Abramo, 2.º secretário da Executiva Nacional), os

problemas de coordenação das campanhas e simularam programas em laboratório de rádio e TV.

A preocupação com a criatividade e a iniciativa - características tradicionais da mensagem petista - explica-se também pelo fato de o partido dispor de poucos recursos. Assim, só mesmo com a militância e peças criativas podemos enfrentar o poder econômico e o conservadorismo dos candidatos

da burguesia. A propaganda burguesa mascara seus fins: "o PT pode ser criativo ao explicitar os seus, sem incorrer no doutrinarismo", afirmou Antonio Carlos Grassi, secretário de Agitação e Propaganda do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Algumas intervenções, por outro lado, ressaltaram que o discurso petista na campanha precisa evitar tanto a pregação eminentemente ideológica quanto o discurso eleitoral, ambos reveladores de um vício bastante comum: a demagogia. "Não podemos ser um partido puxa-saco do povo", sintetizou Paulo Delgado.

A lei eleitoral

No que diz respeito à legislação eleitoral, o secretário de Organização, Cezar Alvarez, disse que a criatividade petista também pode ser utilizada nas brechas deixadas pela lei.

"Nosso lema é: o que não for proibido é permitido", observou. Alvarez chamou a atenção para os itens mais importantes da atual legislação de propaganda, regulamentada em 29 de junho passado:

A propaganda eleitoral no rádio e na TV começará a ser veiculada a partir do dia 29 de setembro, durante 90 minutos diários, sendo 45 minutos à noite, entre 20h30 e 22h30. O tempo destinado aos partidos será distribuído de acordo com os seguintes critérios: a) 30 minutos diários distribuídos entre os partidos na proporção de suas bancadas no Congresso Nacional; b) 30 minutos diários distribuídos entre os partidos na proporção de suas bancadas na Assembléia Legislativa; c) 30 minutos diários, dos quais 5 minutos, no máximo, divididos igualmente entre os partidos sem representação no

Congresso Nacional, e o restante do tempo sendo dividido igualmente entre os partidos com representação no Congresso.

O partido que só registrar candidatos a uma das eleições - proporcionais ou majoritárias - terá seu tempo reduzido à metade. A distribuição do tempo entre os candidatos é de competência de cada partido. No caso de coligação entre partidos com representação no Congresso, o tempo de um deles crescerá em 50% (quando 2 se coligarem) ou em 100% (quando 3 ou mais se coligarem).

A lei permite a participação de pessoas não-candidatas na propaganda eleitoral, desde que os partidos comuniquem às emissoras e se reserve dois terços do tempo de cada programa aos candidatos. Quanto à campanha das ruas, permite-se a propaganda em propriedades particulares, desde que com a anuência dos proprietários. Em bens públicos é proibido qualquer tipo de propaganda, salvo em locais indicados pelas prefeituras, com igualdade de condições para todos os partidos.

O BN recolheu um comentário do publicitário e vereador do PT em Jundiá, Erazê Martinho (candidato à reeleição), sobre o "Estou PT da Vida", slogan criado para a campanha na cidade (ver o quadro). E também as opiniões sobre estratégia de *marketing* de alguns coordenadores da campanha petista, que reproduzimos na página seguinte.

Seriedade sim, carranca não

Os carrancudos ideológicos que me perdoem, mas bom humor é fundamental.

Foi a partir da blague vinicianiana que um grupo de publicitários (Ana Clélia Quarto, Dorian Cecchetti, Paulo Sabino e Glen Martins), a meu convite, se reuniram para pensar num slogan para a campanha do companheiro Antônio Galvão, candidato à prefeitura de Jundiá (SP) pelo PT.

Isso, depois de constatar, com tristeza, como o palavreiro usado no jargão po-

lítico está desgastado: democracia, participação, povo, luta, tudo isso foi esmerilhado pelos partidos da transação, a ponto de constar quem seriamente queria criar "palavras-força" para uma campanha política.

Assim nasceu o "Estou PT da vida", uma sacada de fazer inveja ao Carlito Maia, conforme declaração sua, feita ao ser consultado. A grande força da idéia está no fato dela traduzir a grande insatisfação do po-

vão diante da tragédia nacional, em vigor a partir do governo biônico infeccioso de Sarney e Cia.

Fácil de ser lembrada (até porque o conjunto Dominó - bleargh - já fez o teaser), "Estou PT da vida" tem grande chance de se tornar um bordão popular. Igualzinho ao que a gente deseja pro nosso partido.

Façam o melhor proveito: os publicitários amigos cederam os direitos para além-Jundiá. (Erazê Martinho, vereador do PT em Jundiá)

Marketing

Durante o seminário nacional de propaganda eleitoral, o BN ouviu a opinião de quatro companheiros sobre a estratégia de publicidade do partido

Competência profissional

Antônio Escosteguy Castro, 29 anos, advogado, é membro do Diretório Regional do Rio Grande do Sul e da coordenação de marketing político do Diretório Municipal de Porto Alegre. Foi coordenador da propaganda em rádio e televisão nas campanhas do PT em 1985 e 1986.

“Durante uma corrida eleitoral, não adianta a gente só caprichar no conteúdo. A forma é decisiva, e nós temos que ser competentes nisso. A qualidade de nossa propaganda não pode deixar nada

a dever para os meios de comunicação burgueses”.

“Lá no sul nós criamos um círculo de publicitários e jornalistas, simpatizantes do PT, pessoas experientes na área de rádio e televisão, para executar nossa estratégia de marketing. Uma coisa bem profissional mesmo”.

“Quanto à estratégia em si, eu acho o seguinte: uma campanha eleitoral nos grandes veículos de comunicação de massa não tem por objetivo ficar explicando as idéias do partido. Ali nós passamos basicamente uma imagem.



Roberto Parizotti

Especialmente na TV, onde o tempo é curto, nós temos que passar aos eleitores não tanto um programa, mas uma emoção. A propaganda eleitoral mexe mais com o sentimento do que com a razão.”

A força da linguagem



Roberto Parizotti

Juscelino Kubitschek, 28 anos, locutor de rádio e repórter de televisão, foi âncora de rádio na campanha eleitoral do PT goiano em 1985 e coordenador de propaganda em 1986. É membro da co-

missão de propaganda na campanha de Pedro Wilson, candidato petista à prefeitura de Goiânia. “A linguagem dos nossos programas não pode ser rebuscada. Tem que ser simples e falar o que está no dia-a-dia do povo. As linguagens visual, sonora e escrita têm suas particularidades, mas não são conflitantes. Elas atendem a diferentes demandas do eleitor: por exemplo, a escrita é mais analítica, a visual é mais simbólica. O negócio é saber do-

sar as duas”.

“Eu acho, à medida em que o PT cresce, que ganha mais importância a profissionalização desse trabalho. Em Goiânia, nós criamos uma ‘house agency’ (agência de marketing) ligada ao partido, a dividimos em departamentos de rádio, TV e jornal, justamente para especializarmos nossa atividade”.

“Nós costumamos dizer em Goiás que o PT conseguiu sair do mimeógrafo e já está agora no off-set.”

Diferente e ousado

Pola Ribeiro, 32 anos, trabalha com cinema e vídeo em Salvador (BA). Na eleição de 1986, fez a publicidade da campanha “A Bahia vai mudar”, do à época candidato a governador da Bahia, Waldir Pires. Atualmente é membro da comissão de comunicação do comitê eleitoral de Zezéu Ribeiro (seu irmão), candidato a prefeito de Salvador pelo PT.

“Nós temos 1 minuto e 43 segundos de tempo na televisão. Para os eleitores tomarem conhecimento da nossa existência e se disporem a votar no PT só temos que ser bem diferentes dos outros. E para ser diferente é preciso ousar”.

“Isso não é problemático pra gente, já que, ao contrário dos outros partidos, não estamos de rabo preso. E



Roberto Parizotti

criar sem o rabo preso é muito mais fácil.”

O produto é bom



Roberto Parizotti

candidato petista a prefeito do Rio de Janeiro.

“Em termos de marketing, o PT é um bom produto, antes mesmo de receber um tratamento publicitário. Eu digo isso porque eu me lembro da campanha do Moreira Franco em 1982 (então candidato a governador do Rio pelo PDS). Na época eles produziram materiais de campanha onde quase não se via o nome do PDS. A gente

tinha que procurar. O Moreira Franco tinha muito dinheiro na campanha, mas carregava um produto falido. Sobre a estratégia de propaganda, eu acho que nós temos que trabalhar o lado racional e o emocional dos eleitores como complementares. O primeiro deve ser trabalhado até um determinado momento da campanha, depois o emocional passa a predominar.”

Modinha da campanha

“O PT tá na cidade, a alegria tá no povo” é a bela - e real - “mensagem” que o jingle (musiquinha ao estilo dos comerciais de rádio) do PT para as eleições conse-

gue fixar. A letra, inspirada, e a melodia, em ritmo de valsinha, são de Autoria de Luís e Miloca Magal e já estão animando alguns comícios.

*Lá vem surgindo detrás do monte marrom
Vem acordando toda a cidade o seu som
E dando sorrisos em neon
Luz que é preciso e é tão bom
Me dá, me dá, me dá seu tom*

*Diga tintin por tintin
Diga meu povo
Vamos fazer festa, enfim,
Cantar de novo
Todos são iguais
São tantos ideais*

*O PT tá na cidade
A alegria tá no povo*

*Diga tintin por tintin
Diga meu povo
Vamos fazer festa, enfim,
Cantar de novo
São tantos iguais
E nunca é demais*

*O PT tá na cidade
A alegria tá no povo.*

1917 ★ 1987

SOCIALISMO

em debate

Já está pronto o livro “1917 ★ 1987: Socialismo em Debate”, com o resumo dos cinco dias de debates sobre os 70 anos de experiências de transição socialista, em seminário promovido pelo Instituto Cajamar no final de 1986, reunindo expressivos dirigentes sindicais, estudiosos da história do movimento operário, dirigentes petistas e figuras históricas da luta pelo so-

cialismo no Brasil.

O livro, editado pelo próprio Instituto Cajamar, constitui-se em rico material a respeito das experiências da União Soviética, China, de Cuba e da Nicarágua. Apolônio de Carvalho, Fúlvio Abramo, Luís Carlos Prestes, Lula, entre outros, participam também, debatendo a história da luta pelo socialismo no Brasil.

Interessados em adquirir esta publicação, podem fazê-lo durante o 3.º ConCUT, em Belo Horizonte (7 a 11 de setembro), diretamente com o Instituto Cajamar (via Anhanguera, km 46,5, cep 07750 - São Paulo-SP), e, a partir de outubro, também nas principais livrarias do País.

O círculo vicioso da crise

A solução da dívida externa e do déficit público passa pela retomada da moratória, permitindo a redução da inflação e o aumento da capacidade de investimento do Estado.

Paulo Sandroni*

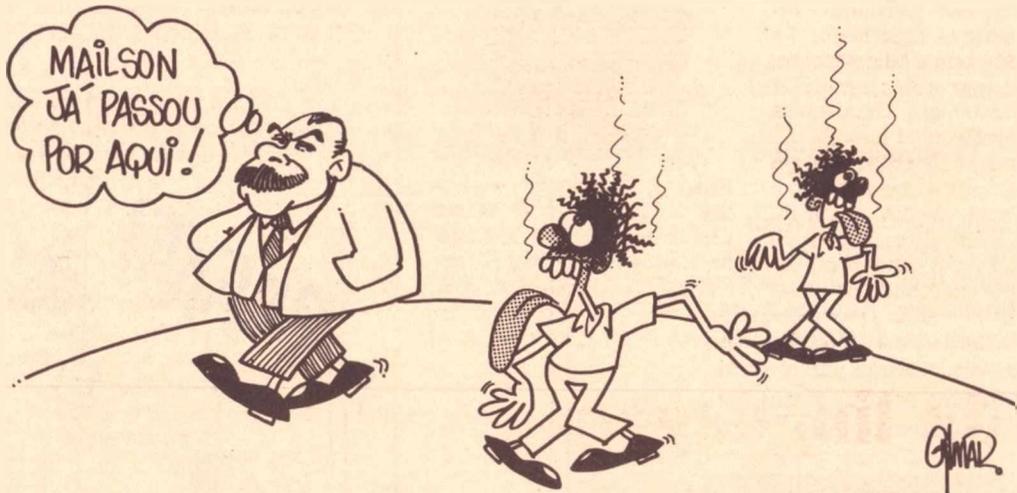
O comentarista esportivo exalta a presença da torcida brasileira - prestigiando a seleção canarinho - em países tão distantes como a Austrália, a Suécia ou a Noruega. O jornalista registra a presença de um brasileiro (clandestino) acorrentado na Filadélfia (EUA). Sem pretender, mostram a crise brasileira: pela primeira vez somos fonte de migração internacional.

Não é por acaso. Muitos já perceberam que a década está perdida e que a próxima talvez tenha o mesmo destino. Existe solução? Sempre existe desde que os problemas sejam bem identificados. Quais são eles? Não é novidade mencionar a dívida externa. Mas é indispensável repetir que o seu pagamento (nos moldes atuais) leva à inflação e à recessão. As razões são claras: o pagamento dos juros exige megasuperávits comerciais, os quais significam contenção do consumo (arrocho salarial) e desestímulo aos investimentos pelo encarecimento das importações. A inflação é o instrumento para realizar esta manobra e o resultado é o estancamento da produção com as seqüelas do desemprego e da ampliação da miséria. O circuito se fecha: dívida externa, inflação, recessão.

Déficit e dívida

O binômio déficit público/dívida interna é outro fator importante que provoca inflação e bloqueia o crescimento econômico.

A enorme expansão da dívida interna tem origem em sucessivos e crescentes déficits públicos. Mas, qual a origem do déficit? A resposta mais simples é



que o governo gasta mais do que arrecada. No entanto, o importante é determinar a composição destas despesas e receitas. Vejamos as primeiras. Embora a máquina administrativa tenha crescido muito nos últimos tempos alimentada pelo empreguismo da "Nova República", não foram os gastos com salários aqueles que mais cresceram (mesmo porque houve arrocho salarial a partir de 1981) e sim as despesas financeiras relacionadas com a dívida interna e externa (juros e amortizações). Estas últimas desequilibraram as contas públicas e contribuíram decisivamente para a expansão do déficit.

Por outro lado, as receitas sofreram alterações significativas nos últimos anos. Embora a receita tributária bruta não tenha diminuído, a receita líquida sofreu forte redução pelo aumento dos subsídios e transferências (entregues de mão beijada especialmente às grandes empresas) de tal forma a acentuar o déficit. Além disso as receitas tenderam a diminuir também pela redução real dos preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais. Quem mais tirou proveito disso foram as grandes empresas (nacionais e

multinacionais) que adquirem aços planos, telecomunicações, serviços portuários, combustíveis, energia elétrica etc.. Digase de passagem que a tentativa de recuperar estes preços vem contribuindo para a escalada inflacionária dos últimos meses.

Retomar a moratória

A correção destas distorções causadas pela dívida externa, o déficit público e a dívida interna afetam interesses muito poderosos, o que remete a questão para o plano político. Evidentemente, a terapêutica passa pela retomada da moratória (alguma de suas formas) para estabelecer novas condições de negociação e obter a redução das taxas de juros, a ampliação dos períodos de carência e de pagamento do principal. Da mesma forma, a eliminação das pressões causadas pela dívida interna e o déficit público passa pela recuperação de pelo menos parte do que foi transferido para o setor privado via subsídios, isenções, transferências e preços das empresas públicas, através de um imposto especial sobre o patrimônio líquido dos mais ricos da sociedade.

A ação conjunta sobre a dívida externa o déficit

público e a dívida interna permitiria não apenas a redução das pressões inflacionárias como também das taxas de juros e a recuperação da capacidade de investimento do Estado, condições fundamentais para relançar a economia num processo de crescimento econômico.

Preços e salários

Existe no entanto um complicador adicional: o risco da hiperinflação. As medidas mencionadas anteriormente não seriam capazes de evitá-la pois

seus efeitos aparecem a curto e médio prazo e não no plano imediato. Creio que deveríamos pensar seriamente nas condições em que um acordo em torno da fixação de preços e salários pudesse vir a ser celebrado com os empresários, o governo etc. Pois, embora os trabalhadores não possam mais fazer sacrifícios, se a situação se agravar e deslizar-mos para um descontrole geral de preços os sofrimentos aumentarão e os assalariados serão outra vez os mais prejudicados.

Claro está que, tanto as soluções de médio ou curto prazo como aquelas destinadas a evitar que a situação se agrave no plano imediato, não terão êxito com a presença de Sarney na Presidência da República. Esse é obviamente o maior agravante da crise, o que significa dizer que a solução imediata do problema econômico (ameaça de hiperinflação) passa por uma alternativa política: a saída de Sarney da Presidência da República.

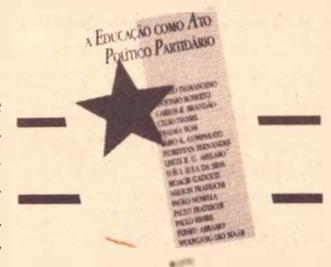
*Economista

Lançamento

"A Educação como Ato Político Partidário"

reúne as propostas de pessoas - atuantes no interior de um partido político - que fazem educação e pretendem dar um salto à frente na discussão dos problemas educacionais do país. Propostas e subsídios úteis a todos os educadores, neste momento em que se elaboram as diretrizes da educação nacional.

Entre os 16 autores estão Fabio K. Compara-



to, Florestan Fernandes, Moacir Gadotti, Paulo Freire, Lula, Perseu Abramo e outros. O livro de 248 páginas está a venda na sede nacional por Cz\$ 2.800,00.

Seminário Brasil Século XXI

Os órfãos da “Nova República”

A segunda parte do seminário da Unicamp, que tratou das perspectivas da economia, foi marcada por críticas severas, especialmente dos mentores do Plano Cruzado, ao governo e às “elites nacionais”

Valter Pomar*

É conhecido o cálculo do professor Hélio Jaguaribe, de que “60% da população brasileira vive desamparada e deseducadamente, numa miserável economia de subsistência, no campo, ou num terciário marginal, nas cidades, em condições equivalentes aos dos mais pobres países afro-asiáticos”.

Embora concordem com este terrível diagnóstico, os chamados economistas progressistas (do PMDB ou do PSDB) alimentam o sonho de um desenvolvimento capitalista no Brasil que supere esta situação, que resgate a “dívida social” com a população pobre, que diminua as disparidades de renda, que elimine a desigualdade social. E, mesmo diante da ausência de uma burguesia disposta a construir no Brasil este capitalismo “moderno”, eles insistem na tecla de que no país não há relação “estratégica” entre pobreza e capitalismo.

Reunidos durante os primeiros 5 dias de agosto, na segunda parte do Seminário Brasil Século XXI (ver BN n.º 37), a nata destes progressistas dedicou-se a debater as perspectivas estruturais da economia brasileira nos próximos 12 anos que nos separam do final do século. E, tirando seus sonhos, eles admitem que a situação é dramática.

Personagens ilustres como Dilon Funaro, Luís Carlos Bresser Pereira, João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares parecem concordar: do jeito que está não há saída à vista, sendo necessário retificar urgentemente o padrão de desenvolvimento do país. Mas

onde conseguir recursos para isso?

O paraíso fiscal

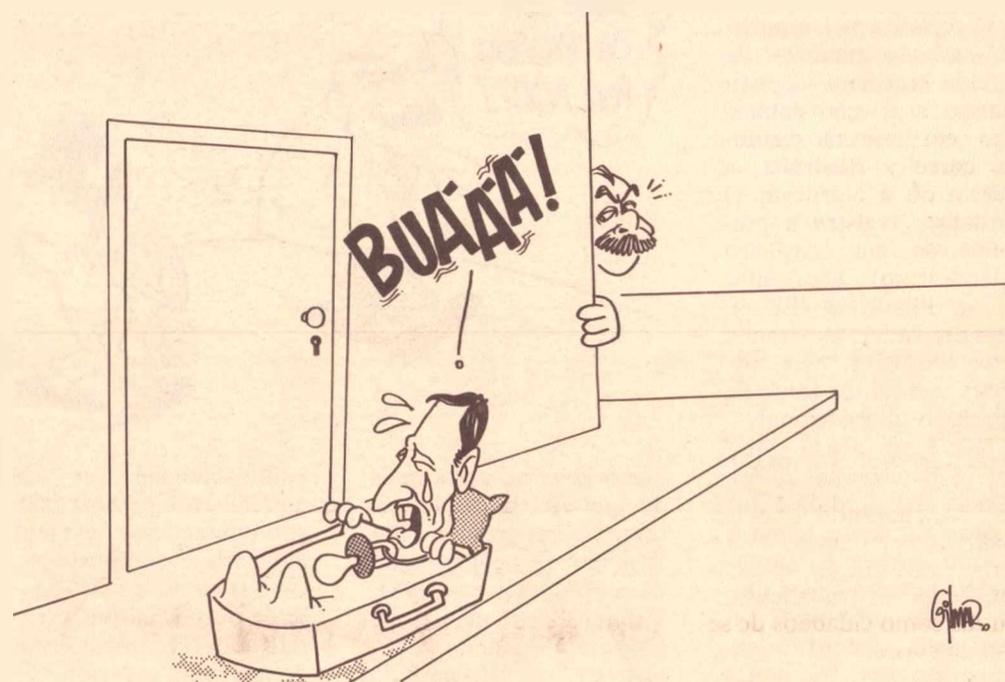
Sem recursos externos e com a resistência dos capitalistas tupiniquins a mobilizarem seus recursos para as chamadas atividades produtivas, a saída viável seria aumentar a carga fiscal, os tributos, os impostos.

Nem pensar, dizem os especialistas. Qualquer elevação de impostos é aumento do confisco sobre a classe trabalhadora. Para se ter uma idéia, há um estudo oficial de 1975, segundo o qual as pessoas que recebiam entre 1 a 5 salários mínimos recolhiam 30% de sua renda para o governo, em forma de impostos diretos e indiretos. Já os contribuintes de faixa superiores recolhiam apenas 15%.

A única saída seria redirecionar o confisco, fazendo-o cair sobre os ombros dos mais ricos. Mas todas as tentativas de adotar um imposto sobre a propriedade vêm sendo sistematicamente derrotadas.

Todos os diagnósticos dos economistas fazem ressaltar o óbvio: com este governo não dá. Mais ainda: com esta burguesia, também não dá. Mas param por aí. Maria da Conceição, por exemplo, faz um veemente discurso contra as elites brasileiras, condena toda e qualquer tentativa de pacto, diz que “eles (sic), os progressistas da “Nova República”, fracassaram”, mas termina conclamando o povo e as “elites que se preocupam verdadeiramente com o país” a tomarem providências.

Outros pedem um governo com “autoridade mo-



ral”. Mas não se perguntam qual a autoridade moral deles mesmos para condenar o pacto e as elites, eles que apostaram na idéia de que as elites apoiariam um plano de modernização do capitalismo brasileiro.

Políticas sociais

O caso mais ilustrativo desse dilema dos progressistas que serviram a “Nova República” - sair ou não do muro - transparece na intervenção de Carlos Lessa, atual diretor de programas sociais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo ele, com 24 bilhões de dólares seria possível acabar com a pobreza absoluta do país, criando condições de vida para 60% da população brasileira, atualmente marginalizada. Números, esses reais, obtidos a partir de programas atualmente em curso. E números, completa ele, “absolutamente razoáveis para

um país que contraiu uma dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares”.

Contudo, continua Lessa, o que dificulta o combate à pobreza não é a falta de recursos, mas sim o mau funcionamento do sistema. Os exemplos são vários. A Legião Brasileira de Assistência, fonte de recursos para quase todas as creches existentes no Brasil, trabalhou durante mais de 40 anos sem possuir um estudo da manutenção de crianças em creches...

A Febem de Alagoas chegou a 2.400 funcionários para “cuidar” de 600 menores. E o Mobral teve de 60% a 70% dos seus técnicos na sede, ao invés de estarem realizando serviço de campo, Lessa admite também que os programas sociais que vêm sendo tocados a partir de outra filosofia são minoria e sofrem cerrado combate de dentro do próprio aparelho de Estado.

Quando perguntamos se é possível mudar o Estado

por dentro, ele não titubeia: “há sinais de que as reformas podem obter êxito, e mais vale gastar o tempo trabalhando em reformas parciais do que sonhar com a passagem direta para o céu”.

Programa

É o próprio diretor do BNDES quem sintetiza o programa dos progressistas que ainda permanecem no governo: “temos que dar pelo menos alguma atenção ao problema social, que nos permita dizer que somos um país minimamente civilizado”.

Civilização mínima. É o máximo que eles julgam ser possível obter. Já os conservadores “pela primeira vez na história deste país”, não têm um projeto. A saída da crise não está com eles. Com quem estará então?

* Membro da Sec. de Formação Política do DR-SP

Movimentos

A Constituição do século XIX

Na avaliação da Secretaria Agrária Nacional, a nova Carta impôs ao país uma estrutura agrária arcaica, que define os trabalhadores rurais como cidadãos de segunda classe.

A posição oficial do PT sobre o novo texto constitucional referente à reforma agrária está expressa em um documento, enviado a todos os diretórios regionais do partido, contendo uma crítica ao que qualifica de "vitória do latifúndio" na Constituinte.

"Além de deixar o latifúndio acima da lei - diz o documento -, a nova constituição estabelece uma odiosa discriminação aos trabalhadores rurais, remetendo para a lei ordinária os direitos sociais de aplicação automática garantidos aos trabalhadores urbanos. A própria Constituição, portanto, define os trabalhadores rurais como cidadãos de segunda classe."

O documento - elaborado pela Secretaria Agrária Nacional do partido - aponta também as consequências do que foi aprovado no Parlamento: "Significa um agravamento do quadro de violência no campo; estimu-



Constituinte deixa conflitos de terra sem solução

la a brutalidade dos grandes proprietários de terra, que nos últimos 3 anos assassinaram 434 trabalhadores, muitos deles dirigentes sin-

dicais, agentes de Pastoral e advogados."

Os parlamentares que votaram neste texto, segundo o documento, impuseram

ao País uma estrutura agrária voltada para o século XIX, incapaz de enfrentar os desafios do século XXI. "A Constituinte ignorou

sistematicamente as exigências dos trabalhadores rurais; não teve sensibilidade para considerar o gigantesco esforço do movimento sindical e popular, que recolheu mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas em apoio à emenda popular da reforma agrária."

Letra morta

Mas a Secretaria Agrária Nacional diz que o movimento dos trabalhadores rurais não vai se resignar à lei votada: "o PT entende que ela tende a se converter rapidamente em letra morta.

Quando exigimos a realização da reforma agrária, estamos apontando a saída para libertar da servidão 40 milhões de brasileiros que amargam nas cidades e nos campos o desemprego, a violência, a marginalização; a luta pela reforma agrária se inscreve hoje na luta dos trabalhadores rurais pela cidadania".

Leia e assinie



TEORIA & DEBATE
N.º 4 Cz\$ 600,00

JÁ SAIU!

PEDIDOS PARA:
Departamento de
Circulação
Av. 11 de Junho, 260
São Paulo - SP
04041
(011) 285-3429
575-2299



Sede do MST é invadida

Efetivos da Polícia Militar, Civil e Federal invadiram, sem qualquer mandato judicial, a sede da Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Imperatriz, Maranhão. A ação ocorreu no último dia 19 de agosto.

Cerca de 40 policiais, fortemente armados e fazendo ameaças, usaram todo tipo de violência contra as pessoas que se encontravam no local. Além de destruírem e apreenderem livros, jor-

nais e documentos do MST, levaram presos o funcionário do movimento, Edvaldo Ferreira da Silva, e mais seis pessoas que ali se encontravam. As linhas telefônicas foram cortadas.

A Executiva Nacional do MST protestou contra mais esta ação arbitrária da polícia do Maranhão. Segundo a entidade, "tal atitude acontece porque é escudada pela ação omissa do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do governador maranhense, Epitácio Cafeteira".

Especial



O teste da unidade

Em meio a uma acirrada luta interna, a CUT realiza seu 3.º Congresso Nacional para encontrar os pontos comuns que possam consolidar a entidade junto à classe trabalhadora

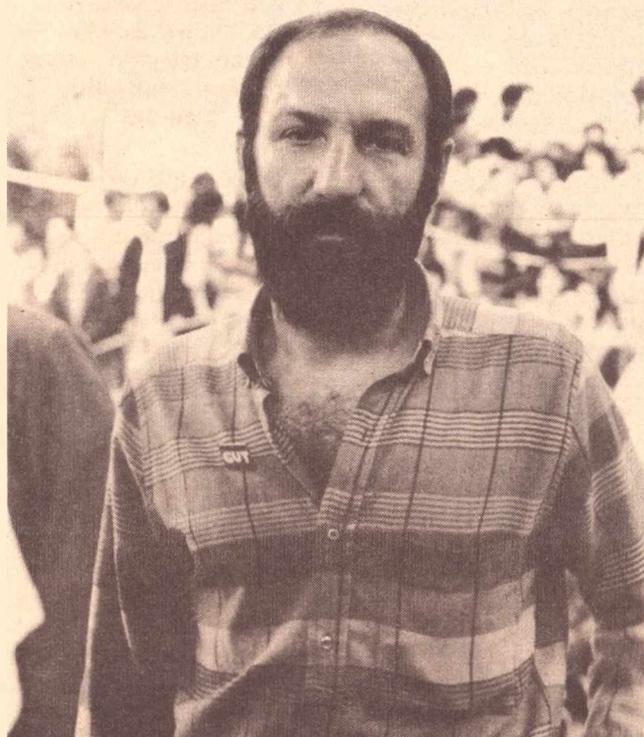
Após cinco anos de existência, a Central Única dos Trabalhadores já pode exibir uma longa lista de serviços prestados à classe. Uma trajetória que marca uma nova fase no movimento sindical brasileiro, inspirada nas lutas do ABC paulista no final da década passada.

Mas, às vésperas de seu 3.º Congresso Nacional (Concut), convocado para Belo Horizonte, entre os dias 7 e 11 de setembro, a entidade tem sido abalada por choques políticos entre as diversas correntes que nela atuam, dificultando sua consolidação junto aos trabalhadores.

Estes choques - que envolvem assuntos diversos, desde as lutas políticas e econômicas até a concepção de organização da entidade - cresceram de intensidade na fase de preparação do 3.º Concut, durante a escolha de delegados (cerca de 8 mil, na previsão dos organizadores) e nos encontros estaduais e regionais. Em alguns deles, como no Congresso da CUT goiana, houve até trocas de socos entre delegados. Como a maioria destes embates tem sido provocada por militantes do PT, o próprio Diretório Nacional do partido chegou a se posicionar a respeito (ver o quadro).

Divergências

As divergências entre as correntes do sindicalismo cutista podem ser encontradas no grosso calhamaço das 17 teses preparatórias do Congresso. Ler todas elas exige um razoável esforço, a tal ponto que, segundo o reconhecem os próprios autores, conta-se nos dedos quem conseguiu levar até o fim esta tarefa. Assim mesmo, a se levar em conta os encontros preparatórios, pode-se indentificar as duas questões que mais estão polarizando: a inter-



Jair Meneguelli, presidente da CUT

venção dos trabalhadores na Constituinte e os estatutos da CUT.

Prática sindical

A atual direção nacional da CUT tem sido acusada por outras correntes de concentrar suas atividades apenas na Constituinte. E defendem que a entidade deve se posicionar pela não assinatura da Carta (posição que deverá ser tomada pelos partidos com representação no Parlamento, entre os quais o PT).

No entender do presidente da CUT, Jair Meneguelli, a crítica que deve ser feita é justamente no sentido contrário: "Nós subestimamos a importância das questões que estavam sendo decididas na Constituinte, principalmente no capítulo referente aos direitos sociais". Isso, apesar de considerar que a CUT foi a entidade que mais mobilizou os tra-

balhadores para pressionar os deputados em Brasília.

Mas é na divergência sobre a prática sindical que se expressa o principal problema da entidade, na opinião de Meneguelli. "Desde o começo, nós nos propusemos a construir uma central pluralista, apartidária; um dia poderemos ter entre nós não só militantes petistas, mas dirigentes ligados ao PCB, PC do B e até mesmo ao PMDB e PDS. Como isso ainda não acontece, muitos companheiros acabam confundindo as questões específicas de uma entidade sindical, teoricamente unitária, com o papel de um partido político, no caso o PT".

Estatutos

O esclarecimento desta confusão, ainda segundo Meneguelli, "é fundamental para, no campo da CUT, conseguirmos valorizar muito mais o que nos unifi-

ca do que as coisas que nos dividem".

Esta distorção da prática sindical cutista também se revela nos estatutos da entidade. "A CUT tem que deixar de ser apenas um movimento e se transformar numa referência física: nossos estatutos, por exemplo, têm que demarcar claramente quais são os sindicatos filiados e quais não são, para comprometer os primeiros na sustentação da entidade". Além disso, diz Meneguelli, "temos de valorizar a qualidade de nossas instâncias: um encontro com 8 mil delegados é na verdade uma confraternização sindical e não um congresso, onde pouca coisa pode ser debatida com profundidade".

Para concluir, o presidente da CUT resume assim o estado atual da entidade: "Eu acho que ela está doente. Mas não é uma doença incurável - um câncer ou uma Aids; é no máximo uma gripe."

DN critica o sectarismo

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 6 e 7 de agosto, manifestou sua "apreensão" com os rumos que vêm tomando os debates preparatórios para o 3.º Concut.

A forma sectária com que o embate político entre as correntes que atuam na CUT está sendo travado - particularmente entre os militantes petistas da Central - instigou o DN a debater e formalizar uma crítica ao processo, através de um documento aos ativistas sindicais do partido.

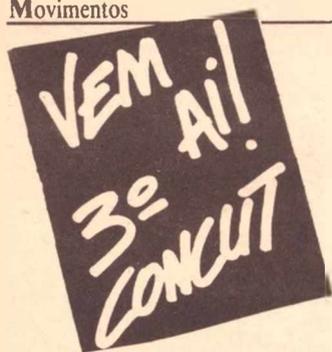
"A CUT, embora tenha em sua direção e em sua base valorosos e combativos companheiros petistas, não é uma central do PT", diz o documento. "A CUT é uma central sindical que tem por vocação buscar a unidade de ação e de luta dos traba-

lhadores pela base". No entanto - continua o texto - as assembleias de base, os encontros regionais e estaduais preparatórios ao 3.º Concut reeditam, "em fórum equivocado e momento inoportuno, embates da luta política interna do PT".

O DN adverte que o enfrentamento sectário entre as correntes do sindicalismo cutista "afastam os trabalhadores da Central, dificultam seu crescimento, estreitam sua composição, impedem a aproximação dos trabalhadores, organizados ou não em outros partidos". Isso, numa conjuntura em que a prorrogação do mandato ilegítimo de Sarney e o agravamento da crise econômica exigem, mais do que nunca, ações concretas dos trabalhadores. Por exemplo, na defesa dos direitos

sociais no texto da nova Constituição. Esta tarefa, pensa o DN, "tem precedência sobre o debate acerca da assinatura ou não" da nova Carta, o que infelizmente não se configurou na maior parte das discussões e teses apresentadas para o 3.º Concut.

Para reverter este quadro, o DN conclama os petistas a se engajarem "em todas as lutas contra a política econômica do governo, inclusive nas greves generalizadas que se prevêem para os próximos meses em resposta ao arrocho salarial e à recessão". Em relação ao futuro do movimento sindical cutista, o documento finaliza observando que "as expectativas gerais voltam-se para os petistas. Mais uma vez, não podemos falhar".



O umbigo e o mundo exterior

É fundamental saber dialogar com os trabalhadores, acossados pela crise. Neste sentido, é preciso evitar que os cutistas se dediquem a uma guerra intestina, bem ao gosto do vanguardismo

Luis Gushiken*
Paulo Okamoto**
Clara Ant***

Cinco anos se passaram desde a fundação da CUT. De lá para cá mantivemos acesa a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, impedindo de fato que Sarney e a "Nova República" conseguissem selar um pacto social que ocultasse a sua ilegitimidade.

A consolidação do projeto da CUT é agora mais necessária do que nunca.

No entanto, o que se vê nos congressos e assembleias preparatórias ao 3.º Conclut já realizados, é uma perigosa, artificial e leviana fissura interna, criada a partir de diversos balanços que têm em comum um único ponto: identificar na maioria da direção da CUT, ou seja, na *Articulação*, que apresentou a tese n.º 10, o principal inimigo a ser combatido.

Uma moção, que pretensamente defende a democracia na CUT, vem servindo de base para a formação de uma frente de correntes, tendências e agrupamentos dentro da CUT. Nela, os autores da tese n.º 10 são acusados de "atacar a democracia da Central" e todos - ativistas e dirigentes - são chamados a se contraporem, a nível nacional, a "tal intento da *Articulação* e cerrar fileiras em defesa da democracia interna da CUT, definida nos atuais estatutos". Outra moção condena a direção da CUT por supostamente estar encaminhando o acerto de um pacto social.

Jogo duplo

A guerra movida contra a *Articulação* está presente desde o primeiro ponto de pauta do Conclut: conjuntura nacional. Um bom exemplo é oferecido pela tese n.º 6, da *Cut pela base*. Carregado de ra-

zão, seu texto diz a certa altura: "O governo Sarney... procura com insistência, por meio de sucessivas propostas de pacto social, levar as organizações e lideranças autênticas dos trabalhadores à desmoralização, tentando obter sua domesticação e cooptação. Ante o firme rechaço destas propostas por parte da CUT..." Logo adiante, entretanto, o rumo muda: "Nossa direção... esqueceu que a ferramenta fundamental dos trabalhadores é sua luta direta e não os viciados meandros das negociações ao nível institucional". E mais grave: "A posição de membros da direção da Central, que confundem uma postura realista de defesa dos interesses dos trabalhadores com a aceitação de fato do pacto social" (itens 21 a 25).

A que vem esse linguajar duplo? Em qual afirmação acreditar? Na pri-

meira, ou nas duas seguintes? É inegável, em qualquer caso, que afirmações desse tipo, sem exemplos nem nomes, apenas envenenam uma discussão que a conjuntura exige seja o mais sadia possível.

O perigo maior que corre a CUT é que deixemos o campo aberto para os adversários da classe trabalhadora. Ou não é preocupante ver um Luiz Antonio Medeiros ter passado o tempo todo condenando nossas iniciativas na Constituinte e agora posar de defensor dos direitos sociais? Vale perguntar: de onde vem essa desenvoltura? O que nós, da CUT (a começar pelos que atuam em oposição a ele), fizemos de concreto para desautorizá-lo? Quantas fábricas levaram seu protesto ao sindicato?

Mais: por que tardamos tanto em tomar iniciativas na defesa dos direitos sociais? Por que apenas São

Bernardo e Santo André realizaram passeatas no início do segundo turno? É inegável que há aí uma relação direta com as posições defendidas pelos que se opõem à tese n.º 10. Estas resolveram a seco e a frio o posicionamento diante da Constituinte ao levantar, antes de qualquer iniciativa, o repúdio à futura Constituição.

Afinal, o que impede os trabalhadores de ocuparem plenamente seu lugar e moverem uma ação política capaz de interferir na conjuntura? Para os defensores da tese n.º 6 e outras coligadas com base nas moções já referidas, a resposta é simples: ontem (1981/83) eram os pelegos, hoje (1988) são os burocratas... da CUT! Daí chegarem a comparar, nas discussões, as mudanças propostas pela tese n.º 10 nos estatutos com o embaite na antiga Pró-Cut sobre

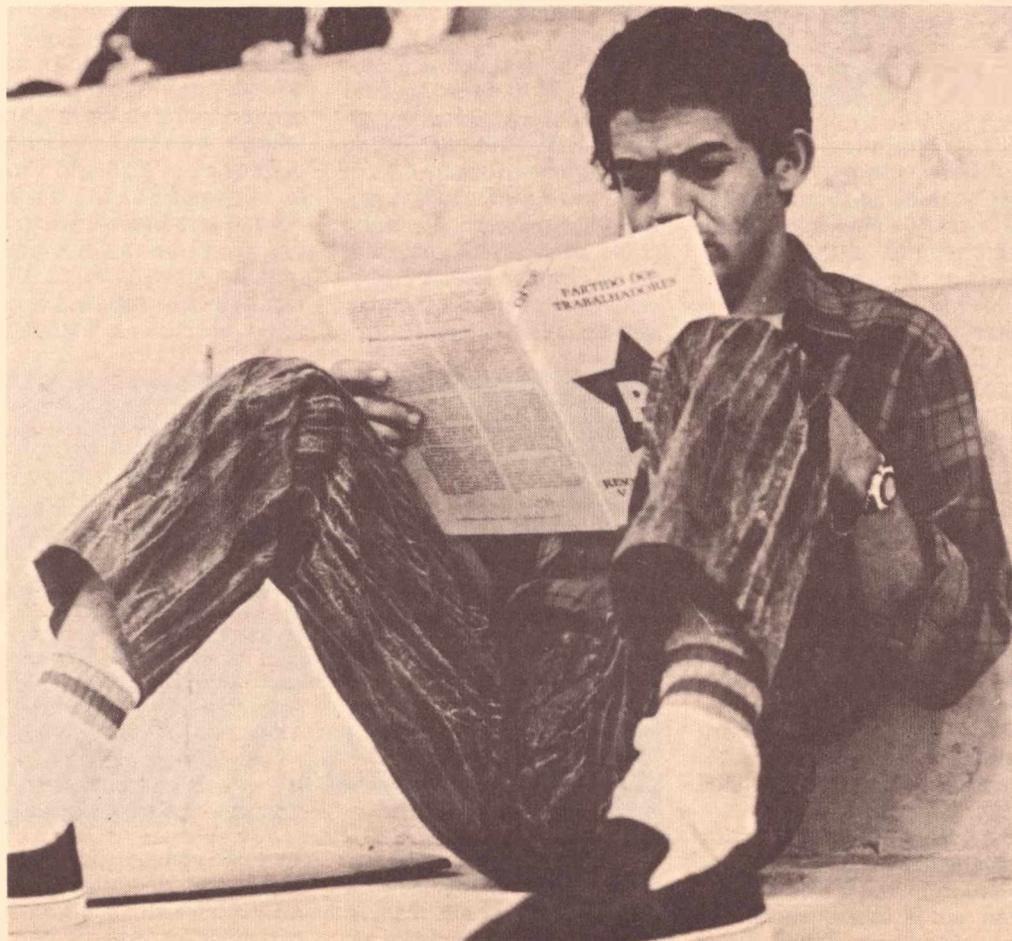
o regimento interno. Com a memória enfraquecida, esses companheiros omitem que, para os pelegos (em 1983), o regimento interno (em especial o artigo 8.º sobre a participação das oposições) era mais um *pretexto*, como outros que eles usaram, para impedir a construção de qualquer central sindical. Os companheiros apagaram deliberadamente da história as características do período e confundem maliciosamente a natureza do embate.

Evitar a guerra

Em 1981, 1982 e 1983, reunir 5.000 trabalhadores, *em si*, já era um ato de afirmação de independência e democracia, contra a ditadura e os pelegos. Era a única via para impor a construção da CUT.

Hoje, a CUT precisa dispor de instâncias de verdadeira elaboração em todos os níveis e de canais de real representação de sua base, eliminando distorções como a que dá igual peso de representação a um sindicato e a uma oposição. Daí as mudanças propostas para os atuais estatutos.

Em todos os pontos de pauta do Conclut pode haver divergências e é legítimo debatê-las, como é legítima a disputa da hegemonia. Não é o que parece estar acontecendo. Mas, ainda é tempo de se fazer um apelo à razão e evitar que - ao invés de dialogar com as angústias de milhões de trabalhadores acossados pelo arrocho, o desemprego e a desesperança - os cutistas se dediquem a uma guerra intestina num campo de batalha tão estreito quanto o seu próprio umbigo, bem ao gosto do vanguardismo.



Intervalo do Congresso da CUT-SP

Ruberto Farizotti

* Sec. sindical nacional

** Sec. sindical do DR-SP

***Membro da Sec. sindical nacional

VEM AÍ!
3º CONCLUT

A questão do campo

Entrevista com Avelino Ganzer, secretário nacional da CUT

Há um certo mal estar a respeito. São questões delicadas, mal equacionadas pelo movimento sindical, inclusive pela Central Única dos Trabalhadores, que incomodam profundamente as principais lideranças sindicais.

Há paternalismo do movimento sindical urbano em relação ao rural? A estrutura sindical é inadequada para a realidade do campo? Procurando introduzir essa discussão, o BN entrevistou Avelino Ganzer, secretário nacional da CUT e coordenador do Departamento Rural.

BN - Quais as principais dificuldades encontradas pela CUT para organizar nacio-

que essa tarefa exige. Só a partir de 1984 é que começamos a dar os primeiros passos para estruturar um trabalho voltado para organizar os trabalhadores rurais, construir e consolidar a CUT no campo. Em 1985, por exemplo, conseguimos participar de forma organizada no 4.º Congresso da Contag, divulgando as linhas básicas do sindicalismo que a CUT defende: liberdade e autonomia sindical, um sindicalismo classista, a legitimidade das lutas que levam à ocupação e à resistência na terra etc. Conseguimos, também, desde o início, articular a CUT com entidades como a CPT e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

trabalho é formada por assalariados. Depois, encontramos um enorme contingente de meeiros, parceiros, pequenos arrendatários que engrossam o contingente de trabalhadores sem-terra, e um número muito grande de pequenos proprietários que lutam por uma política agrícola que atenda suas reivindicações. Todas essas categorias estão dentro de um mesmo sindicato, com demandas muitas vezes conflitantes. É o caso de pequenos proprietários que contratam mão-de-obra na época da colheita e, ao mesmo tempo, tornam-se assalariados nos períodos de entressafra. É preciso ter coragem para se começar a pensar se é viável ou não a criação de sindicatos específicos para cada categoria e, ter muito cuidado para não enfraquecer o movimento sindical rural.

BN - A CUT tem alguma proposta concreta nessa direção?

AG - Ainda não. Mas dentro do Departamento Rural Nacional já estamos iniciando essa discussão. Temos que transformá-la em uma discussão nacional, envolver todos os interessados, para se definir se é o caso ou não de se criar um sindicato específico ou até mesmo departamento próprio. O governo, percebendo essa debilidade do movimento sindical, tem estimulado a criação de associações, oferecendo muita grana para se comprar máquinas, fundar escolas profissionalizantes etc. Os recursos são das mais diferentes ori-

enfraquecer, os sindicatos, corromper federações que passam a executar a política oficial do governo etc.

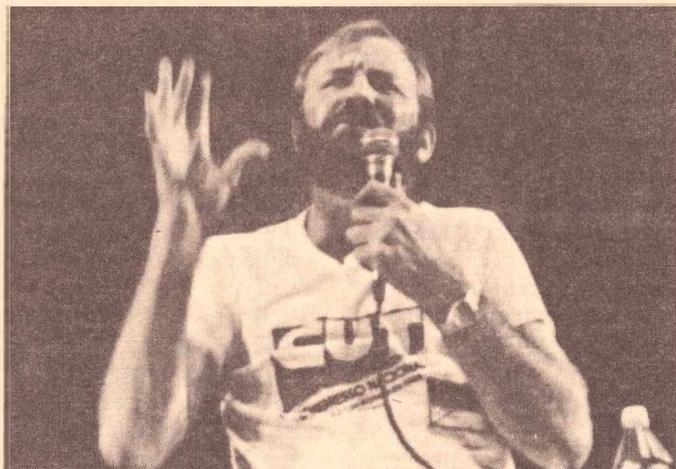
Perspectivas

BN - A Contag tem tido maior sucesso do que a CUT?

próprias instâncias, para derrotar a concepção conservadora e implantar a concepção sindical cutista.

BN - Mas como se explica a pouca penetração da CUT entre os assalariados, particularmente do Nordeste?

AG - Não é em todo o Nordeste. Na Paraíba e em Ala-



Milton Soares

nalmente os trabalhadores rurais?

AG - Em primeiro lugar, eu chamaria a atenção para a estrutura sindical que foi transposta mecanicamente para o campo. O sindicalismo que cresceu no Estado Novo, era destinado aos trabalhadores da cidade. A concepção de categorias - metalúrgico, químico, bancário, professor etc - classificou todos os trabalhadores rurais em uma única categoria. Na realidade, temos várias categorias, inclusive classes diferentes, que trabalham no campo. Até hoje ainda não se analisou mais profundamente as consequências dessa decisão.

BN - Como tem sido a participação dos trabalhadores rurais na CUT?

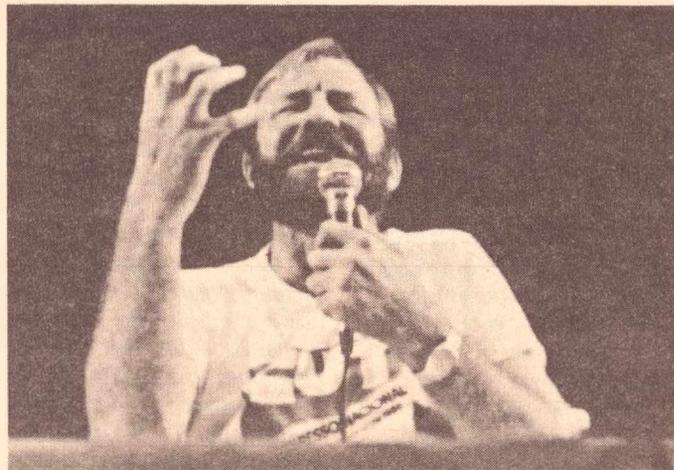
AG - Formalmente, participamos desde a fundação da CUT, inclusive na Direção Executiva. Mas, na prática, nossa participação foi sempre limitada porque no início não havia ninguém liberado para assumir o imenso trabalho

BN - Onde você localiza os problemas dentro da CUT?

AG - Ainda não conseguimos despertar o interesse e ainda enfrentamos a incompreensão por parte da maioria dos dirigentes sindicais urbanos diante da importância da articulação campo/cidade. No meio rural, também nos defrontamos com a incompreensão de muitos dirigentes, que se sentem marginalizados das principais decisões ou, por outro lado, são tratados de forma paternalista pelos companheiros da cidade. A discussão política ainda não conseguiu ser assumida pela direção operária porque, acredito, não foi devidamente sensibilizada pela dimensão desse desafio. É preciso, antes de mais nada, ter conhecimento da complexidade das questões rurais.

BN - O que você chama de realidade complexa?

AG - No campo existem, como eu já disse, categorias bastante diferenciadas. Praticamente metade da força de

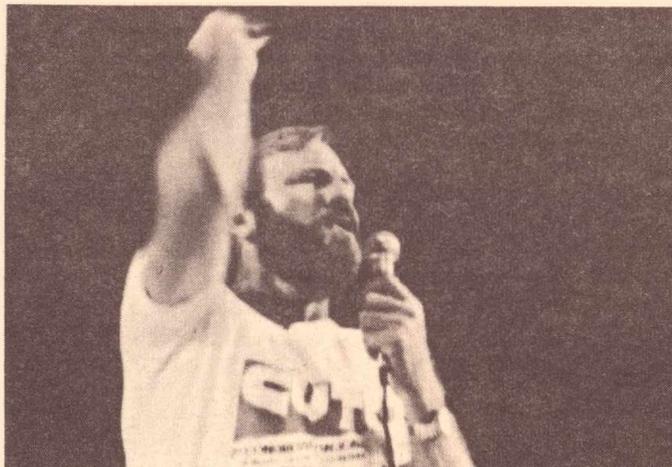


AG - Não. A sua política sindical está falida. Eles não entenderam que as mudanças introduzidas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil dispensou a reforma agrária tradicional e implantou um modelo baseado na agroindústria e na pequena propriedade rural integrada à agroindústria. Portanto, não se pode ter ilusão quanto ao caráter conservador do capitalismo brasileiro. A Contag privilegia a articulação elitista, dependente do Estado, distante das bases e portanto dos problemas vividos pelos trabalhadores rurais. Eles têm dinheiro, recursos materiais, técnicos e humanos,

goas já se registra um avanço bastante significativo da CUT entre os assalariados. Em Pernambuco a CUT é mais forte no interior do Estado porque a barragem de Itaparica, que promoveu a expulsão de milhares de famílias de pequenos proprietários, exigiu muito trabalho. Não se pode esquecer que as lutas de pequenos proprietários muitas vezes são mais radicais do que dos assalariados. Essa é uma das características do campo de que eu falava.

BN - Quais são as perspectivas de mudança?

AG - Desde 1986 já se observam mudanças na CUT. As teses do II Conclut indicavam que a modernização capitalista no Brasil dispensou a reforma agrária tradicional e que só os trabalhadores têm interesse em levar essa luta até o fim. Diante da diversidade de categorias foram criadas secretarias específicas para assalariados, pequenos proprietários e sem-terra. Mas, as questões de fundo - sindicatos específicos, autonomia do Departamento Rural, estruturação vertical diferenciada etc -, só serão discutidas após o 3.º CONCLUT. Cabe ao PT, em particular à Secretaria Sindical, promover um estudo profundo a respeito dessa complexidade rural e formular propostas concretas para o movimento sindical.



gens: Banco Mundial, Legião Brasileira de Assistência e até mesmo da Funabem. Com isso eles estão conseguindo dividir, e consequentemente

mas não conseguem a mesma penetração de antes. Cabe à CUT, nesse momento, disputar todos os espaços com a Contag, inclusive em suas

Um plano de lutas feministas

Militantes petistas do setor avançam sua organização e definem as próximas tarefas: a batalha por creches e pelo direito à saúde integral

Tatau Godinho *

Foi realizado em Vitória, de 22 a 24 de julho, o II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Reunindo 100 delegadas de dez estados, o Encontro foi um marco importante na organização das mulheres dentro do partido a nível nacional e deu passos significativos na discussão da situação atual do movimento de mulheres.

A partir da experiência das petistas no movimento se buscou avançar na compreensão estratégica do movimento de mulheres e a necessidade de se organizar nossa intervenção no movimento. Para isso, o Encontro buscou definir alguns aspectos da importância do PT incluir na sua linha política e no cotidiano da vida partidária a luta pela libertação das mulheres e o combate a todas as formas de discriminação, incorporando o feminismo como parte do nosso combate contra a opressão e a exploração. Nesse sentido, uma discussão importante do Encontro foi a nossa compreensão do feminismo com o objetivo de romper com os preconceitos que existem em



Greve das trabalhadoras da Valiséra, em Santo André

relação a essa questão e compreender que o feminismo significa a luta das mulheres contra sua opressão, contra a utilização que a sociedade burguesa faz do papel das mulheres, contra o machismo e, combinando as transformações pessoais com as mudanças sociais e políticas, integrar a luta das mulheres com a luta dos trabalhadores.

Em relação ao movimento de mulheres o Encontro

apontou a importância de buscarmos a consolidação e unificação do movimento destacando algumas tarefas prioritárias para as petistas: buscar a construção de fóruns unificados que possam desenvolver campanhas e lutas, ao mesmo tempo em que avançam na organização de base das mulheres. E foram destacadas algumas lutas centrais para o próximo período. De imediato se

coloca a defesa da licença-maternidade, da licença-paternidade e das creches no segundo turno da Constituinte.

Tarefas prioritárias

A médio prazo duas campanhas centrais que buscaremos desenvolver no movimento, a luta por creches entendendo sua importância em relação ao papel das mulheres na família e ao trabalho doméstico e a luta

pelo direito à saúde integral da mulher com destaque para a questão do aborto. A coordenação nacional eleita no Encontro deverá elaborar um plano para nossa intervenção como petistas no desenvolvimento destas campanhas.

Compreendendo que a organização do trabalho de mulheres dentro do partido é essencial para fazer o PT avançar na sua elaboração política e para que a luta pela libertação das mulheres não seja apenas uma questão das mulheres, mas de todo o partido, foi apontada a necessidade de se incentivar a organização de Comissões de Mulheres junto aos diretórios. Essas Comissões devem ter entre os seus objetivos: discutir e orientar a intervenção das petistas no movimento de mulheres, contribuir na formação feminista das militantes mulheres e dos companheiros e assessorar o partido nas questões relativas à luta das mulheres e ao movimento. A nível nacional, formou-se uma subsecretaria, vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

*Membro da Executiva do PT-SP

Educação

A vez dos professores

Os muitos educadores petistas estão se organizando. Uma primeira *Plenária*, realizada na Universidade de Brasília dia 3 de agosto, reuniu cerca de trezentos educadores petistas de 17 Estados. Essa Plenária, que contou com a coordenação de Eurides Mescolotto, Secretário Nacional de Movimentos Populares, teve por finalidade a preparação, no próximo ano, em São Paulo, de 3 a 5 de março, de um *Encontro Nacional de Educação do PT (ENED/PT)*.

Nessa Plenária foi tirada uma Comissão Organizadora do ENED/PT, constituída por Moacir Gadotti, Alberto Damasceno, Antonio Roberto Medeiros Braga, Nelson Frateschi, Antonio

Carlos Pereira, Sérgio Hadad, Marilena Nakano e Paolo Nosella. Para organizar os Encontros Municipais e Estaduais em cada estado foi tirada uma comissão de coordenadores, um para cada estado. O regimento dos encontros municipais e estaduais encontra-se nos respectivos Diretórios, a quem compete organizar esses Encontros. Em princípio, os Encontros Municipais deverão realizar-se até o dia 31 de outubro e os Estaduais até o final do ano. Como referência e data limite foi marcado o dia 9 de janeiro de 1989 para a entrega da ata da delegação e das teses, conforme o regimento do ENED/PT, que deverão ser encaminhadas à Comissão

Organizadora na sede nacional do PT em São Paulo.

A Comissão Organizadora permanece até a realização do ENED/PT, quando será eleita a Comissão Nacional de Educação do PT.

Diretrizes e propostas

O Encontro Nacional terá como pauta seis pontos básicos: 1) princípios e propostas do PT para a educação brasileira; 2) elementos para uma proposta de nova Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional; 3) Proposta para um Plano Nacional de Educação; 4) Propostas sobre educação para as novas constituições estaduais; 5) planos municipais de educação e Lei orgânica dos Municípios; 6) propostas para o Programa Alter-

nativo de Governo (PAG), no capítulo de educação.

A plenária de Brasília foi essencialmente político-organizativa. Foi feita uma breve história da participação dos educadores em grupos, comissões, encontros estaduais, etc, que culminou com a realização da Plenária, elevando o nível organizativo e a intervenção dos educadores petistas no interior do partido e na sociedade. Foi apresentado o livro *A educação como ato político partidário*, editado pelo PT Nacional através da Editora Cortez, que relata o percurso já realizado pelos Educadores petistas até aqui e servirá de *subsídio básico* para preparar os encontros municipais e esta-

duais. Esse livro pode ser encontrado nas livrarias e será também vendido nos locais onde o PT dispõe de pontos de venda de material partidário (ver anúncio pág. 9)

O ENED/PT está vinculado à Secretaria Nacional de Movimentos Populares, integrando-se ao esforço coletivo de outros profissionais e movimentos na construção de uma sociedade socialista, popular e participativa, sob a direção dos trabalhadores, e mostra a importância que o partido dá à educação na construção dessa sociedade. Todos os interessados em participar devem procurar nos seus respectivos diretórios o Regimento Interno do ENED/PT.

Internacional

Chile, quinze anos depois

A oposição se unifica para dizer não a Pinochet no plebiscito convocado para outubro que vem

Hugo Scotte*

Quase 7 milhões de chilenos irão às urnas no dia 5 de outubro. Depois de 15 anos de ditadura, o general Pinochet dará ao povo a possibilidade de optar pelo *sim* ou pelo *não*. A isto se resume a famosa "abertura" chilena: com Pinochet até 1997 ou com Pinochet até 1989.

A campanha eleitoral se realiza sob o Estado de exceção, com partidos de esquerda proscritos (PC e MIR), com a televisão apoiando o *sim* e praticamente ignorando a oposição. Apesar dessas restrições, a campanha pelo *não* aglutinou 16 partidos de oposição: desde os socialistas até a conservadora União Liberal Republicana.

As pesquisas mostram uma pequena vantagem para o *não*, mas calcula-se que o *sim* tem cerca de 25% de preferência. Um terço do eleitorado continua indeciso.

A "transição"

Em caso de triunfar o *não*, em 1989 seriam convocadas eleições para presidente e para o Congresso. Mas isso não garante nada. Seria o próprio Pinochet e a ditadura que convocariam as eleições, proscrevendo os partidos da esquerda marxista, mantendo intactas as instituições que foram "legalizadas" pela Constituição "pinochetista" de 1980, com o Conselho de Segurança Nacional (uma espécie de junta militar) exercendo a tutela sobre a sociedade civil.

Uma das hipóteses que se levanta é a de um "autogolpe", no caso da fraude não ser suficiente para evitar a derrota do *não*.

Oficialmente, só em 30 de agosto se conhecerá o nome do candidato da Junta. Tudo indica que será o próprio Pinochet. Mas ele é a pessoa menos

indicada para fantasiar um processo de "abertura" ou "transição para a democracia".

Timidamente, desde a hierarquia eclesiástica até o governo dos Estados Unidos, inclusive setores das Forças Armadas, reclamam contra o estado de exceção e a proibição da presença de observadores estrangeiros. Mas parece prevalecer a vontade de Pinochet, não há outro "homem forte".

O "milagre"

A economia chilena foi manejada durante os últimos 15 anos pelos "Chicago-boys", aplicando à risca as receitas clássicas do FMI, que muitos, no governo brasileiro, prescrevem como ideais para nós.

Resultados visíveis: inflação de apenas 16% ao ano; crescimento do PNB de 5% em média nos últimos três anos; investimento estrangeiro de 165 milhões de dólares desde 1964 — nos 5 primeiros meses de 1988 investiu-se 295 milhões de dólares; dívida externa reduzida ao nível de 1984 (18,4 bilhões de dólares) — a meta é fazê-la chegar a 70% do

PNB até 1992 (hoje 109% do PNB). Atualmente a dívida é de 3,7 vezes o valor das exportações e pretende-se reduzi-la a 2,8 vezes.

Depois da recessão de 1980 — 1982 há um crescimento da economia, através de empréstimos estrangeiros. Desde 1984 os investimentos são financiados com lucros provenientes das exportações. A alta do preço do cobre e outros minerais no mercado internacional tem sido favorável (representam quase 50% das exportações).

Os investimentos aumentaram no setor de serviços e construção civil. Diminuíram os impostos agregados às mercadorias para beneficiar o consumo. O desemprego, oficialmente, baixou para 8% (de 3 a 4% através de programas estatais de crescimento de empregos). Pagam religiosamente os vencimentos da dívida externa.

A outra face

A política de privatização não significou outra coisa senão leiloar o país e seus recursos.

A devolução de empre-

sas estatizadas pelo governo democrático de Salvador Allende e a privatização de outras muitas levaram à demissão em massa de funcionários públicos. Das 32 mil empresas existentes no Chile até 1973, sobreviveram apenas 10.500. Dois terços da indústria desapareceram.

O crescimento econômico se dá nos setores agroindustriais dirigidos para a exportação e serviços.

Uma das formas fundamentais de utilização do grande investimento externo foi a especulação: tomou-se empréstimos no exterior com juros de 10% ao ano e se emprestava no país à taxa de 20% ao mês; tudo isso com o respaldo do Estado, que retirou o apoio técnico e financeiro à pequena e média empresa. Abriu-se a importação a todo tipo de produto de consumo de massa, com o qual a indústria nacional não pôde competir e teve que fechar suas portas, aumentando o desemprego.

O Chile se converteu em um país agroexportador, que importa o que consome. A diminuição dos impostos agregados às mercadorias beneficia apenas os setores de altas rendas.

Os índices de desemprego oficial não levam em conta o subemprego e os programas sociais do governo que estão dirigidos

à criação de postos de trabalho com tarefas não qualificadas e com remuneração de um salário mínimo, o que impossibilita a subsistência. Os salários médios reais estão 16% mais baixos do que em 1981 e o salário mínimo caiu 40%.

Este é o custo social do milagre econômico, dirigido por uma ditadura e aplicando as diretrizes do FMI: os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Foi necessário uma ditadura para mostrar ao mundo uma inflação baixa, uma economia "sadia", a custo da soberania nacional. Foi preciso o terror para garantir a "paz social", que permitiu aos "Chicago's boys" levar a cabo sua experiência. Porém a mobilização cresce. Formam-se comandos pelo *não*, nos bairros, nas escolas. As duas centrais sindicais avançam para a unificação, os partidos políticos ilegais chamam seus militantes e simpatizantes a se inscreverem nos registros eleitorais para votar pelo *não*. Amplia-se a consciência de que, se Pinochet for derrotado, o povo terá de defender com unhas e dentes o resultado do plebiscito para seguir avançando na conquista de uma *democracia real*.

*Membro da Sec. de Relações Internacionais



“O Brasil canta Victor Jara”

Show em solidariedade
ao povo chileno

Dia 11 de setembro, 16h
no Ginásio do Ibirapuera

Promoção: Centro Cultural Pablo Neruda

Debate

Tática reformista, estratégia revolucionária

É o oportunismo social-democrata que coloca a contradição entre as mudanças graduais e a ruptura da ordem burguesa

Horácio Martins de Carvalho*

Durante o Encontro das Secretarias Agrárias e Parlamentares do PT com atuação no campo, realizado em junho passado, teve-se a oportunidade de ressaltar a tendência de inúmeros militantes em considerar a luta do Movimento Sem Terra (MST), na sua fase de estruturação, acampamentos e ocupações, como uma tática reformista sob estratégia revolucionária, e a luta para permanecer na terra ocupada, enquanto pequeno produtor, como uma proposta reformista burguesa. Ainda que essa observação esteja aqui sendo ventilada com relação ao MST, ela é pertinente a toda a prática da luta de classes.

Pode-se argumentar que a luta pela reforma agrária, como a própria expressão enuncia, é uma luta reformista. Porém, as reformas, no marco da sociedade burguesa, podem estar subordinadas a estratégias distintas, ou seja, reformas táticas burguesas ou revolucionárias. E seu caráter dependerá da forma e do objetivo com que são realizadas.

Independência

Uma questão relevante, portanto, permeia tal problematização: poder-se-ia adotar táticas reformistas dentro do quadro de uma estratégia revolucionária?

Pode-se adiantar que, se os marcos da sociedade burguesa determinam conjuntamente a correlação de forças da luta de classes e, portanto, a natureza da tática a ser adotada, isto não significa que tais táticas tenham ca-

ráter de reformas burguesas.

Apoiar a teoria burguesa de progresso social, do desenvolvimento solidário ou as pequenas causas, porque elas garantirão a luta pelas coisas grandes, é estar atrelado aos interesses reformistas burgueses. Veja-se o apoio ao Plano Cruzado e ao "sindicalismo de resultados".

Golpear ao lado da burguesia sem fundir-se com ela

As reformas táticas que interessam aos socialistas revolucionários são aquelas arrancadas da burguesia, aquelas que contribuem para elevar a independência, a consciência de classe e a combatividade do proletariado e seus aliados populares. Assim, é necessário tornar inócuas as reformas vindas de cima, as quais são sempre hipócritas, cooptadoras e não se tornam jamais, fora exceções, produto da luta de classes.

As reformas, portanto, as táticas dos socialistas revolucionários, devem ser arrancadas pela luta revolucionária de classe, pela sua independência perante o esforço liberal burguês de implantar o progresso social sob sua direção. As reformas táticas sob estratégia revolucionária devem estar sob a direção do proletariado e seus aliados populares.

Marchar, em casos isolados, ao lado da burguesia não significa fundir-se com ela. Os socialistas revolucionários devem ter claro o objetivo final e a estratégia para alcançá-lo, e, a partir daí, as tarefas que contribuem para o processo revolucionário.

A questão que se coloca aos socialistas revolucio-

nários não é eleger ou a reação ou a reforma. Isto seria o oportunismo social-democrata. O que se coloca é saber se ainda paira no ar a pergunta, a qual deveria já estar respondida: nos atreveremos a levar até o fim a luta revolucionária? Já equacionada essa indagação cabe aos socialistas revolucionários elevar o nível de luta dos aliados populares do proletariado organizado e não rebaixar este proletariado até o nível das considerações oportunistas que fazem das alianças com a burguesia as bases de sua tática.

As reformas submetem-se aos fins da luta de classes

"Se podemos influir sobre o democratismo da burguesia, esta influência será efetiva só quando cada intervenção de um democrata burguês ante os operários e camponeses politicamente conscientes seja uma condenação de todas as traições e todos os erros desta burguesia, uma condenação das promessas não cumpridas, das palavras formosas desmentidas pela vida e pelos fatos." (Lenin, V.I.)

Nem o parlamento, nem o sindicato podem se tornar o eixo da luta política, ainda que a luta política passe também por eles. O movimento revolucionário do proletariado e seus aliados populares tem no parlamento e no sindicato oportunidades táticas de elevar a consciência da luta de classes das camadas e frações populares ainda hesitantes e sob a hegemonia das idéias liberal-burguesas.

Consciência de classe

As táticas reformistas sob estratégia revolucionária submetem-se ao objetivo final da luta de classes mas não transformam este na tarefa imediata, como pregam os defensores do maximalismo. Noutro sentido, o oportunismo intelectual da social democracia trata de colocar as idéias de moderação, do praticismo, do realismo e das alianças conjunturais com a burguesia como um programa mínimo. Ora, nem o revolucionarismo pequeno burguês dos maximalistas nem o oportunismo liberal-burguês dos minimalistas conseguirão con-

duzir as reformas táticas de maneira revolucionária.

No exemplo anterior, do MST, sem dúvida alguma que a fase de organização, de acampamentos e ocupações são táticas de luta reformistas mas dentro de uma estratégia revolucionária. A independência da luta dos sem terra face ao projeto burguês, a consciência da luta de classes e a capacidade de desmascarar as reformas vindas de cima evidenciam a natureza de sua tática.

Já a luta pela permanência na terra, dentro das perspectivas do imediato econômico concretamente determinado pela produção, irá depender da capacidade que os pequenos produtores apresentarem de conduzir a luta sindical nos marcos de reformas econômicas táticas de confronto com as classes dominantes. A natureza desses confrontos definirá, a cada passo, a maior ou menor subordinação das táticas à estratégia revolucionária que a luta reformista pela terra os conduziu.

* Membro da Sec. Agrária Nacional

Poder local e participação popular

Capacitação dos candidatos a prefeito e a vereador: o Caderno de Debates "Poder Local e Participação Popular", com a síntese das discussões ocorridas no Seminário Internacional de Poder Local e Participação Popular, realizado pela Anampos, Fundação Wilson Pinheiro e Instituto Cajamar,

em junho deste ano, já está impresso.

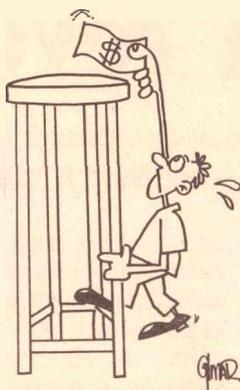
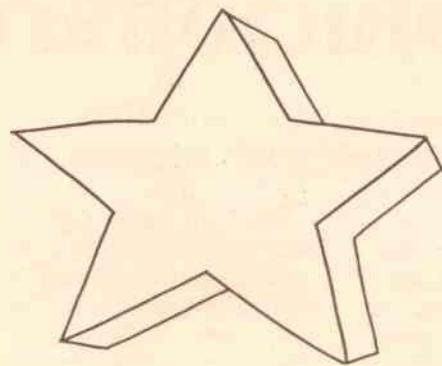
Formato tablóide, o novo caderno contém informações básicas sobre a questão da administração e da participação populares, no âmbito municipal, constituindo-se em material indispensável à capacitação dos candidatos a vereador e a prefeito.

Finanças

Contribuir para a vitória

Geraldo Magela*

Certamente todo militante petista está acostumado a ouvir e a falar que finanças é uma questão política. Sem dúvida, todo petista conhece na íntegra o insistente discurso do secretário de finanças de seu diretório, sobre a necessidade da contribuição financeira etc. No entanto, muito embora todo petista saiba que a sustentação financeira do PT é essencial para a vitória das lutas dos trabalhadores, na prática, a maioria dos militantes só leva isso a sério quando necessita de recursos para executar tal ou qual tarefa. Ou seja, ao lado de um discurso bonito e bem-intencionado sobrevive uma prática que trata as Secretarias de Finanças (SF) como se estas fossem uma caixa de banco a ser procurado na hora do aperto. Com uma pequena diferença: se trabalhamos e mantemos em dia nossa conta bancária, quando procuramos o caixa, o problema poderá ser resolvido. Porém, no caso concreto das Secretarias de Finanças do PT, na maior parte das vezes em que procuramos “o



caixa” este se encontra no vermelho, em déficit.

Resultado: o panfleto não será rodado, a viagem será cancelada, não teremos o comício, não teremos o jornal, não teremos recursos para fazer campanha eleitoral. Só para ficarmos por aqui. Com isso, podemos verificar que as SF's têm uma importância muito maior do que simples “caixa”, pois que a capacidade do partido de executar suas tarefas depende também de recursos materiais. É da Secretaria de Finanças que o partido depende para divulgar seu programa, para levar nossas propostas para um número cada vez maior de pessoas, para ter meios de mobilizar a população,

enfim, para desenvolver seus trabalhos.

Questão política

Aliás, cabe uma ressalva. Não tenhamos dúvida de que o crescimento do Partido dos Trabalhadores depende fundamentalmente da nossa firmeza e coerência na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Entretanto, sem recurso material, a nossa luta contra o aparato da ideologia dominante será sempre uma luta desigual. Por isso, reafirmamos que finanças é uma questão política. Mas a coisa não pára por aqui. Isto porque não é novidade para ninguém que dependência econômica gera dependência política. Ou

seja, o PT enquanto partido classista, independente e revolucionário tem que, necessariamente, ser mantido pelos próprios trabalhadores. Isto significa que todos devem contribuir, até para que a sustentação do partido não dependa deste ou daquele grupo; para que o Partido seja livre para tomar qualquer posição que julgue necessária.

Este raciocínio se aplica, por exemplo, à questão do peso que a contribuição dos parlamentares tem na receita partidária. Hoje, em praticamente todos os casos, o Partido é dependente das contribuições dos parlamentares eleitos pela nossa legenda.

Sem dúvida o PT deve participar do Congresso e de outros espaços do aparelho do Estado como forma de intervir politicamente no processo de transformação social, mas nunca dependendo destes espaços para resolver seus problemas internos de estrutura e organização.

Igual dedicação

Em resumo, para que a democracia interna seja plenamente exercida, ou seja,

para que “todos mandem” é fundamental que todos petistas contribuam com as finanças do PT. Desta forma, o PT jamais terá “donos” e portanto suas posições serão fruto da discussão e da participação de todos os petistas. Isto é, todos contribuem, todos discutem, todos decidem, todos mandam. Podemos concluir então, que mais do que uma questão política, a sustentação financeira é essencial para que o PT consolide seu caráter de massas, democrático, militante e socialista. Ter essa compreensão implica entender que para construirmos o PT e conquistarmos o socialismo é preciso mais do que discursos brilhantes. É preciso dotar o PT de estrutura e organização que o habilite a responder com precisão e eficiência a qualquer tarefa que nos seja colocada.

Neste sentido, o militante petista, com a mesma dedicação com que milita nos movimentos sindical e popular, deve contribuir efetivamente para que não haja distância entre a prática e o discurso sobre finanças.

*Secretário Nacional de Finanças

RECURSOS PARA DIRETÓRIOS E COMITÊS

Reforce o seu caixa vendendo exemplares e assinaturas das publicações do PT.

O esquema é bastante simples e 30% da receita obtida ficam para o comitê ou diretório.

Faça o seu pedido, discriminando as quantidades de cada publicação, some os valores líquidos (70% do preço de capa), e envie-o, juntamente com cheque nominal, ao Partido dos Trabalhadores, no valor total, para ser descontado 30 dias após, para:

Departamento de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260
São Paulo - SP
04041

Tabela de Preços (valor integral)

Jornal do PT.....	Cz\$ 130,00
Boletim Nacional.....	Cz\$ 100,00
Teoria & Debate.....	Cz\$ 600,00

Qualquer dúvida, entre em contato conosco pelos telefones (011) 575-2299 e 285-3429

PLANTÃO ESPECIAL DAS 9 ÀS 21 HORAS

Cartas

Sem entusiasmo

(...) Quando a Direção Nacional do PT delegou às Direções Estaduais e estas aos Diretórios Municipais competência para decidir sobre coligações com outros partidos, com vistas às eleições de novembro próximo, cometeu um erro primário, descaracterizou o PT: primeiro desconheceu a realidade única - não temos partidos locais (estaduais ou municipais), nossos partidos são nacionais, e como tal não há como explicar seja o PDS do Maranhão diferente do PDS do Paraná; segundo, tanto o PCB quanto o PC do B em nada difere dos demais; terceiro, como ficará Lula, candidato do PT à Presidência, num palanque no Piauí, onde os PC's se coligaram com o PDS, se neste mesmo podium estiver o sr. Maluf exigindo os PC's de São Paulo para levar avante a coligação?

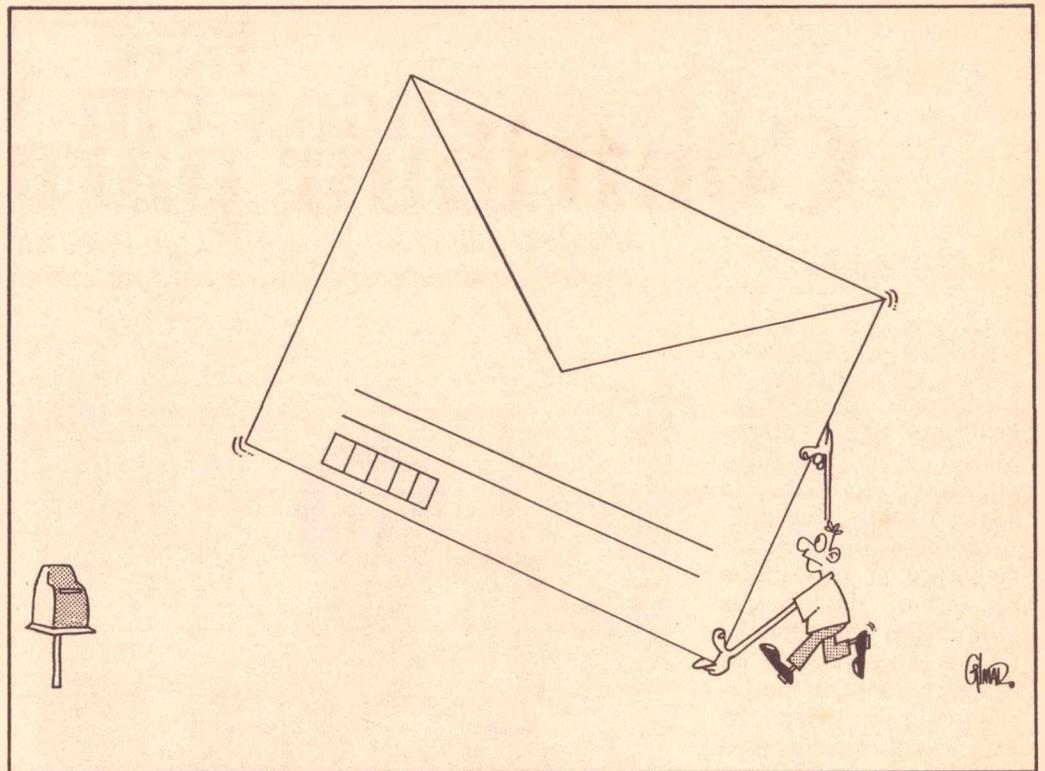
(...) No atual estágio não há partidos caracterizados que mereçam coligação com o PT. Por isso dificilmente o militante encontrará entusiasmo para agir, para atuar pelo partido. Estas eleições marcarão a primeira apatia

do petista anônimo.

Com as coligações estaremos nivelados por baixo. Talvez ainda haja tempo de pensarmos em deixar para nossos filhos um partido político: o PT.

André Pessego - SP

BN responde: As coligações realizadas pelo PT até agora seguem à risca as resoluções do 5.º Encontro, não desfigurando em absoluto o nosso Partido. Em todos os casos em que se fizeram coligações contrárias à orientação do PT, os diretórios envolvidos sofreram intervenção ou foram dissolvidos. A Comissão Nacional de Eleições Municipais está escrevendo ao companheiro André para aprofundar o debate político



co a respeito de alianças e coligações.

Provocações

Companheiros, Toda vez que o PT cresce nas pesquisas de opinião, inventam alguma coisa para nos "queimar". Primeiro foi o assalto de Salvador.

Depois, o episódio de Leme. Noutra vez, foi a Folha de S.Paulo, dizendo que o Lula defendia a luta armada. Será que eles não vão aprontar mais uma? Será que nós não devemos nos preparar para algum tipo de provocação?

José Silva - São Paulo

BN responde:

O companheiro tem razão no alerta. Quanto mais o PT cresce nas pesquisas de opinião, na simpatia da população e na sua organização independente, mais será provável que nos armem algum tipo de provocação. Cabe aos militantes

do partido ficarem vigilantes para impedir que isso ocorra.

Denúncia

Estou denunciando, como presidente da Comissão Provisória do PT de Formoso, Minas Gerais, uma perseguição contra mim. Peço às autoridades estaduais e federais que tomem uma providência pois estou correndo perigo de vida. Os mandantes são o atual prefeito, um vereador, Sama Vilma, e um latifundiário, Dorival Andrade Ornela.

Ozanan Moreira de Souza - MG

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Agora está mais simples: com apenas uma carta você pode receber as publicações em sua casa, regularmente, economizando tempo e dinheiro.

Escolha quais lhe interessam, calcule o valor total das assinaturas, e envie cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, juntamente com este cupom preenchido, para:

Departamento de Circulação do PT
Av. 11 de Junho, 260
São Paulo - SP
04041

Não tem cheque?

Procure o seu diretório e faça as assinaturas.

NÃO MANDE VALE POSTAL



- () Jornal do PT - 12 edições - Cz\$ 1.300,00
() Revista Teoria & Debate - 4 edições - Cz\$ 2.000,00
() Boletim Nacional - 12 edições - Cz\$ 1.000,00

Nome:

End.:

Cidade: Estado:

Cep: Profissão: Idade:

Telefone: Filiado ao PT?



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de Junho, 260, CEP 04041 São Paulo/SP - fone 575-2299

Coordenador de Imprensa: Rui Falcão

Editor: Cícero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço

Colaboradores: Clara Ant., Horácio Martins de Carvalho, Sergio Sister,

Hugo Scotte, Luis Gushiken, Moacir Gadotti, Paulo de Tarso Venceslau, Paulo Sandroni, Tatau Godinho, Valtor Pomar.

Charges: Gilmar

Diagramação:

Eliana Vasconcelos da Silva
João Francisco Esval

Tiragem: 15 mil exemplares

Comp. Mont. Fotol. e Impr.: DCI

Circulação: Nadir Azibeiro

Impresso em 23/08/88

Os avanços em Vila Velha

O município estava arrasado e a prefeitura, cheia de dívidas, quando o petista Magno Pires da Silva assumiu. Hoje, menos de um ano depois, a vida na cidade mudou para melhor

Transparência, moralização administrativa e participação foram os ingredientes que o petista Magno Pires da Silva, prefeito de Vila Velha, no Espírito Santo, vem utilizando para tirar a cidade do buraco, apesar da falta de verbas, das dívidas acumuladas por administrações anteriores e da torcida contra dos conservadores locais. Baiano, 35 anos, casado e pai de uma garota de seis anos, Magno assumiu a prefeitura em janeiro passado para cumprir um mandato-tampão de um ano. Eleito com 25% dos votos válidos (os votos nulos alcançaram 29%), o prefeito petista alcançou a vitória coligado com o PSB, que indicou a vice-prefeita Márcia Machado. Durante o intervalo da última reunião do Diretório Nacional, Magno falou de seus planos a *Cicero Araújo*, editor do BN. A seguir, os principais trechos da entrevista:

BN - Após sete meses, qual o balanço que você faz do governo petista em Vila Velha?

MAGNO - No aspecto político, a avaliação até agora é positiva, embora tenhamos avançado pouco no âmbito das realizações concretas, dada a situação caótica em que encontramos a prefeitura.

O município estava simplesmente arrasado: dívidas de 533 milhões de cruzados com o INPS (desde 1973 não havia recolhimento junto aos servidores); dívidas de 136 milhões de cruzados com os fornecedores de materiais de consumo; de 288 milhões com o FGTS e de 175 milhões de cruzados com o Pasp. O pagamento dos salários dos funcionários municipais estava atrasado (o que provocou uma greve da categoria logo no início da nossa ges-



Magno Pires da Silva, prefeito de Vila Velha

tão) e 60% da frota de veículos da prefeitura estava dilapidada.

BN - O que foi possível fazer, então?

MAGNO - Procuramos enfrentar este quadro dramático com seriedade e transparência. Em primeiro lugar, moralizando a

máquina administrativa: foram demitidos vários funcionários contratados ilegalmente durante a campanha eleitoral. A prefeitura estava "inchada", com cerca de 5 mil funcionários, sendo que pode funcionar a contento com 2,3 mil servidores. Estabelecemos um controle rígido dos equipamentos e proibimos a utilização dos veículos municipais para fins particulares. E abrimos as contas da prefeitura para a população.

Em segundo lugar, garantindo a participação popular na solução dos problemas: realizamos assembleias municipais - com caráter deliberativo - para definir o orçamento da prefeitura. Estas já estabeleceram as prioridades do governo: o saneamento básico e a saúde, a limpeza pública e a recuperação física dos bairros.

Implementamos a eleição direta, pela comunidade local, do diretor responsável de cada posto de saúde; criamos o Conselho Municipal de Moradia: Vila Velha tem um déficit habitacional de 40

mil residências, que provocou o surgimento de 18 movimentos pró-moradia. Eles agora definem a política municipal do setor. Finalmente, adotamos a prática de enviar aos centros comunitários um balancete mensal das contas da prefeitura.

BN - Como a sua administração se relaciona com o partido?

MAGNO - É uma relação tensa e ao mesmo tempo rica no encaminhamento dos conflitos. Em geral, posso dizer que há um mútuo respeito entre as duas instâncias: respeitamos as funções do partido, no delineamento global da política, e a direção partidária respeita nosso papel específico, na execução cotidiana daquela política. Desde o início do governo, criamos um fórum de discussão que é composto pelos membros da Executiva Municipal do PT, o prefeito e os membros de primeiro e segundo escalão da máquina administrativa. Este fórum delibera. Também uma vez por semana o prefeito se reúne com a Executiva Municipal.

BN - Como foi a escolha do candidato a prefeito do PT nas próximas eleições?

MAGNO - O processo de sucessão dentro do PT foi ultrademocrático. Em junho passado, dois pré-candidatos se apresentaram. Ambos realizaram debates nos núcleos de base e apresentaram suas propostas, que culminaram no Encontro Municipal de 16 e 17 de julho. O Encontro definiu nosso candidato, o deputado estadual Cláudio Vereza, e aprovou a proposta de coligação com o PSB, PC do B, PH e PV.

Com a coligação viabilizada, temos 80% de chances de vencer.

Apoio firme nos bairros

Vila Velha é uma cidade-dormitório de 280 mil habitantes situada no litoral do Espírito Santo. Grande parte dos trabalhadores de Serra, pólo industrial próximo a Vitória, montou residência ali. Capuaba, o porto da cidade, é um corredor de exportação dos grãos produzidos na região Centro-Oeste do país.

Desde 1972 a cidade elege candidatos opositoristas. Isso, segundo o prefeito Magno Pires da Silva, graças à forte consciência política do movimento de bairros da cidade, que desde 1956 se organiza em associações de moradores. Na década de 70, cresceu a atuação das comunidades eclesiais de base, que estimularam a luta por melhores transportes e moradia.

A partir de 1982, durante o governo de Vasco Alves (então da ala esquerda do PMDB, hoje do PSDB), os movimentos comunitários conquistaram o direito legal de

interferir no orçamento da prefeitura. Este direito foi revogado no governo seguinte (também do PMDB), provocando um forte movimento de reação nos bairros. O PT esteve à frente desta mobilização.

A idéia do mandato-tampão surgiu com a morte do vice-prefeito da cidade, ocorrida dois meses depois que substituiu Vasco Alves na chefia do Executivo. Este havia se desincompatibilizado do cargo para disputar uma vaga na Câmara Federal. Com a morte do vice-prefeito, assumiu o presidente da Câmara Municipal.

Mas o PT iniciou um movimento por eleições imediatas, alegando que a vacância dos cargos de prefeito e vice assim o exigia. O movimento acabou ganhando força e culminou no pleito do ano passado, estabelecendo um governo de 12 meses, que era o tempo que restava para o cumprimento do mandato de Vasco Alves.